



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AS
(RE)EXISTÊNCIAS NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS -
PORTO NACIONAL/TO**

GOIÂNIA, GO

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Karinne de Pina Silva

3. Título do trabalho

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AS (RE)EXISTÊNCIAS NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - PORTO NACIONAL/TO.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonca, Professor do Magistério Superior**, em 30/11/2023, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karinne De Pina Silva, Usuário Externo**, em 06/12/2023, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4215035** e o código CRC **A5918AB9**.

KARINNE DE PINA SILVA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AS
(RE)EXISTÊNCIAS NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS -
PORTO NACIONAL/TO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

GOIÂNIA, GO

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Karinne de Pina
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AS
(RE)EXISTÊNCIAS NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE
ASSIS - PORTO NACIONAL/TO [manuscrito] / Karinne de Pina
Silva. - 2025.
85 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto
de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras,
lista de tabelas.

1. Políticas públicas. 2. desenvolvimento rural. 3.
(Re)Existências. 4. Reassentamento São Francisco – Porto
Nacional/TO.. I. Mendonça, Marcelo Rodrigues , orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 58 da sessão de Defesa de Dissertação de **Karinne de Pina Silva**, que confere o título de Mestra em Geografia, na área de concentração em Natureza e Produção do Espaço.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, a partir das 14:00 horas, no Auditório Maria Geralda de Almeida, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AS (RE)EXISTÊNCIAS NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - PORTO NACIONAL/TO". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Janaine Daniela Pimentel Lino Carneiro (UEG), membro titular externo; Professor Doutor Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da Banca Examinadora **não fizeram** sugestão de alteração do título da pesquisa. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Marcelo Rodrigues Mendonça, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por Marcelo Rodrigues Mendonça, Professor do Magistério Superior, em 25/10/2023, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior, em 25/10/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por JANAINE DANIELA PIMENTEL LINO CARNEIRO, Usuário Externo, em 25/10/2023, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4137932 e o código CRC 5525168F.

Referência: Processo nº 23070.056067/2023-75

SEI nº 4137932

À minha mãe, Luzinete Madalena de Pina (In memoriam), que sempre acreditou e me incentivou, dedicou sua vida em prol do amor incondicional por seus filhos e por todos que amava! E mesmo hoje não estando mais presente, sinto seu amor e cuidado comigo todos os dias. Obrigada por tudo e por tanto, te amo mamãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois a fé, me fez levantar diversas vezes durante o longo caminho que é a produção de uma Dissertação, durante o percurso tive o privilégio de ter ao meu lado, pessoas especiais, que foram importantes em minha vida desde a graduação, que se tornaram além de professores, colegas de laboratório, de grupo de pesquisa, se tornaram amigos.

É impossível falar em agradecimento sem falar que, não foram só flores, apareceram vários espinhos que me fizeram recuar e até mesmo querer desistir, eu quase desisti, mas tive ao meu lado, minha família, que me apoiou e me acolheu em uma fase tão difícil que se perdurou durante longos meses. Para não desistir contei com apoio de grandes amigos, como meu orientador Marcelo Rodrigues Mendonça, que segurou minha mão, me ouviu, acolheu, às vezes fez papel de pai em alguns momentos e manteve uma paciência imensurável diante da tempestade que enfrentei nessa jornada chamada vida.

Agradeço imensamente a professora Maria Geralda de Almeida (in memoriam), pois foi ela que me deu a primeira oportunidade no Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER), em uma das suas pesquisas pelo Cerrado e que acendeu em mim a vontade de seguir os caminhos que a Geografia nos propõe. Agradeço também ao meu querido orientador de Iniciação Científica durante a graduação, professor Adriano Rodrigues de Oliveira, que me fez trilhar os caminhos da Geografia Agrária, que me ensinou muito, obrigada pelas palavras sempre certas, para além da pesquisa, para a vida, hoje um grande amigo.

Agradeço as conversas, os conselhos, o ombro amigo da Geógrafa do LABOTER, Lara Cristine, sua amizade foi e é fundamental na minha vida desde a graduação, gratidão por ser do jeitinho que você é, amiga e companheira, muito obrigada.

Agradeço de forma especial aos reassentados do reassentamento São Francisco de Assis por toda atenção, pelas conversas que mesmo que de forma *online*, foram calorosas e cheias de ensinamentos.

Aos colegas (irmãos) de orientação: Jean, Nádia, Valéria, Flávio, Caio, Barbara, Paulo, Duda, por todos os momentos partilhados, por todo afeto e compreensão e longos diálogos que somaram a essa pesquisa.

Aos amigos que estão comigo desde a graduação; Laís Neves, Fernanda Leão, Uaquila, Layanne, Gabriel Costa, Gisele Bispo e tantos outros.

Aos amigos de longa data que sempre me apoiaram, incentivaram e acreditaram mais em mim do que eu mesma em muitos momentos; Érica, Amanda, Júlio (in memoriam), Stella, Débora, Cristina.

Aos meus avós Manoel Aureliano, Maria Eunice e Paulo Pina, às minhas tias; Suelem, Maria Lúcia, Lena, Sergiane, por todo apoio e palavras calorosas e que sempre me impulsionava, muito obrigada.

Ao meu pai, ao meu irmão Kariton, por sempre ser tão parceiro, me apoiar, muito obrigada por tudo que já fez e faz por mim.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram com a pesquisa, seja nos diálogos, apoio, incentivo. À professora Aline Nascimento, por ter me escutado, acolhido e segurado em minha mão quando pensei em desistir, muito obrigada.

Meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que contribuiu para a realização da pesquisa.

RESUMO

Esta Dissertação tem por objetivo analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural, com ênfase em dois Programas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no reassentamento São Francisco de Assis, localizado no município de Porto Nacional (TO), construído a partir da Usina Hidrelétrica (UHE) Lajeado no rio Tocantins. Propôs-se realizar uma contextualização da dinâmica territorial do reassentamento, desde o processo de implementação, analisando a relevância das ações de desenvolvimento rural, as políticas públicas e as ações de (Re)Existências dos sujeitos que após serem expulsos do território de vida, enfrentam os desafios para permanecerem no novo território que foram reassentados. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica sobre a temática, levantamentos de dados em fontes secundárias, junto às instituições e órgãos oficiais, tais como: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); dentre outros. Realizaram-se também entrevistas semiestruturadas em formato *online* com cinco reassentados e um representante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Após esses levantamentos foram realizadas tabulações e elaboração do texto final. Diante disso, foi possível concluir, por meio da presente pesquisa, a importância das ações feitas a partir da articulação e mobilização dos movimentos sociais no campo, em particular a contribuição do MAB, para que os camponeses lutassem em prol de políticas de compensação, que resultou na conquista de um novo território de vida. As políticas públicas para o desenvolvimento rural contribuem para a permanência na terra, mediante a geração de trabalho e renda para os camponeses, assim como as ações de (Re)Existências promovidas coletivamente pelos sujeitos para enfrentar os desafios que permeiam o reassentamento, como a falta de estrutura e retrocesso das políticas públicas no período de 2016 a 2022.

Palavras-chaves: Políticas públicas, desenvolvimento rural, (Re)Existências, Reassentamento São Francisco – Porto Nacional/TO.

RESUMEN

Esta disertación de maestría tiene como objetivo analizar las políticas públicas para el desarrollo rural, con énfasis en dos programas: el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), en el asentamiento São Francisco de Assis, ubicado en el municipio de Porto Nacional (TO), construido a partir de la obra de la Central Hidroeléctrica Lajeado (UHE) en el río Tocantins. Se propone contextualizar la dinámica territorial del reasentamiento, a partir de su proceso de implementación, analizando la relevancia de las acciones de desarrollo rural, las políticas públicas y las acciones de (Re)Existencia de sujetos que, luego de ser expulsados de su territorio de vida, enfrentan permanecer en el nuevo territorio en el que fueron reasentados. Los procedimientos metodológicos consistieron en una revisión bibliográfica sobre el tema, recolección de datos de fuentes secundarias, de instituciones y organismos oficiales, tales como: Compañía Nacional de Abastecimiento (CONAB); Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA); entre otros. También se realizaron entrevistas semiestructuradas en formato online a algunas personas reasentadas y a un representante del MAB (Movimiento de afectados por represas). Luego de eso se realizaron tabulaciones y se redactaron textos parciales y finales. Ante esto, fue posible concluir, por medio de esta disertación, la importancia de las acciones realizadas a través de la articulación y movilización de los movimientos sociales en el campo, en particular el aporte del MAB, que contribuyó a la lucha de los campesinos por políticas de compensación, que resultó en la conquista de un nuevo territorio de vida. Las políticas públicas de desarrollo rural en realidad contribuyen a la permanencia y generación de renta de los campesinos, así como a las acciones de (Re)Existencia promovidas colectivamente por los sujetos para enfrentar los desafíos que permean el reasentamiento, como la falta de estructura y el retroceso de las políticas públicas en el período 2016 a 2022.

Palabras clave: Políticas públicas, desarrollo rural, (Re)Existencias, Reasentamiento, São Francisco – Porto Nacional/TO.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| ATES | Assistência Técnica Social e Ambiental |
| CAF | Cadastro Nacional da Agricultura Familiar |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| CONSEA | Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional |
| DAP | Declaração de Aptidão ao Pronaf |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) |
| MC | Ministério da Cidadania |
| MESA | Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PAB | Programa Alimenta Brasil |
| PBA | Plano Básico Ambiental |
| PNRA | Plano Nacional de Reforma Agrária |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| SAN | Segurança Alimentar e Nutricional |
| SISAN | Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN |
| UHE | Usina Hidrelétrica |

LISTA DE FIGURAS

| | Pg. |
|-----------|---|
| Figura 1 | Mapa de Localização do Reassentamento São Francisco de Assis..... 23 |
| Figura 2 | Reservatório de água do Reassentamento São Francisco de Assis..... 28 |
| Figura 3 | Centro comunitário do Reassentamento São Francisco de Assis..... 29 |
| Figura 4 | Escola Municipal Antônio Benedito Borges..... 29 |
| Figura 5 | Posto de saúde do Reassentamento São Francisco de Assis..... 30 |
| Figura 6 | Relançamento do PAA em março de 2023..... 49 |
| Figura 7 | Gestão do PNAE na descentralização..... 51 |
| Figura 8 | Gráfico de Repasse financeiro do PNAE no período de 2010 a 2022..... 69 |
| Figura 9 | Produção de polpa de cajá no Reassentamento São Francisco de Assis – Porto Nacional/TO..... 72 |
| Figura 10 | Atividades coletivas de plantio, colheita e beneficiamento de mandioca no Reassentamento São Francisco de Assis – Porto Nacional/TO..... 74 |
| Figura 11 | Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) no Reassentamento São Francisco de Assis – Porto Nacional/TO..... 75 |

LISTA DE QUADROS

| | Pg. |
|----------|---|
| Quadro 1 | Marco Legal da População Atingida por Barragem..... 19 |
| Quadro 2 | Famílias por hectare (ha) no Reassentamento São Francisco de Assis (TO)..... 24 |
| Quadro 3 | Diretrizes da alimentação escolar para execução do PNAE..... 52 |

LISTA DE TABELAS

| | Pg. |
|----------|--|
| Tabela 1 | Evolução do PAA em escala nacional – 2011 a 2016..... 49 |
| Tabela 2 | Desempenho do PAA Conab, CDS, entre 2016 e 2019..... 50 |
| Tabela 3 | Valores <i>per capita</i> do Programa Nacional de Alimentação Escolar..... 54 |
| Tabela 4 | Repasse Financeiro - PNAE (2010 a 2022) no estado do Tocantins e no Município de Porto Nacional (TO)..... 68 |
| Tabela 5 | Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE - Porto Nacional (TO) / 2011 à 2019 70 |

SUMÁRIO

| | Pg. |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1 O REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - PORTO NACIONAL (TO) | 18 |
| 1.1 Reassentamento São Francisco de Assis – reconstrução do território camponês..... | 22 |
| 1.2 A configuração territorial camponesa no Reassentamento São Francisco de Assis..... | 25 |
| 2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (TO) | 34 |
| 2.1 Políticas Públicas e Agricultura Familiar - PAA e PNAE..... | 38 |
| 2.2. Desenvolvimento Rural e as (Re)Existências Camponesas..... | 55 |
| 3. DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAA E PNAE E AS (RE)EXISTÊNCIAS NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (TO) | 63 |
| 3.1 Desmonte nas Políticas de Desenvolvimento Rural (PAA e PNAE) e suas Repercussões em Porto Nacional e Tocantins | 63 |
| 3.2 Os desafios e as (Re)Existências no Reassentamento São Francisco de Assis (TO)..... | 70 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |
| REFERÊNCIAS | 80 |
| APÊNDICE | 85 |

INTRODUÇÃO

Na pesquisa, o estudo das políticas públicas agrícolas, a partir dos Programas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) propiciou uma análise geográfica sobre a relevância das ações de desenvolvimento rural e sua dinâmica territorial para os *sujeitos da terra* no reassentamento São Francisco de Assis, município de Porto Nacional/Tocantins, implementado a partir da construção da UHE Lajeado no rio Tocantins.

Desta forma, o recorte espacial da pesquisa se limita ao território do Reassentamento São Francisco de Assis, localizado no município de Porto Nacional, próximo à capital, Palmas. O Reassentamento foi criado após a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Luís Eduardo Magalhães (conhecida, regionalmente, por Usina de Lajeado), situada no rio Tocantins, entre os municípios de Miracema e Lajeado.

A proposta da pesquisa foi compreender o processo de implementação de políticas públicas no Reassentamento São Francisco de Assis e os efeitos no território a partir do *desmantelamento* dessas políticas com o *impeachment* em 2016, como evidencia Chomsky: “o Brasil está sofrendo um golpe brando” com ênfase nos Programas PAA e PNAE.

Pensou-se assim, a condição de desterritorialização dos ribeirinhos, aqui denominados *sujeitos da terra e da água*, para o Reassentamento. Assim, a análise das políticas públicas citadas tem como centralidade as seguintes questões: mostrar as contradições do processo de construção de UHEs no Brasil, especificamente a UHE Lajeado; e as políticas públicas (PAA e PNAE) como instrumentos de (Re)Existência e desenvolvimento rural para as famílias atingidas.

Para isso, compreender a concepção, a construção e a implantação da UHE Lajeado, discutindo as especificidades e a avaliação dos resultados alcançados com foco nas famílias que foram expulsas pelo reservatório de água para a geração de energia e reassentadas após a construção da barragem no rio Tocantins.

A partir da luta dos sujeitos atingidos pela UHE do Lajeado, foram construídos 12 Reassentamentos, que são: Luzimangues, Flor da Serra, Prata, Mariana, Pinherópolis, Olericultores, Brejo Alegre, Canto da Serra, Mundo Novo, Boa Sorte, Projeto 2000 e o São Francisco de Assis (BORGES, 2019).

O Reassentamento São Francisco de Assis, escolhido para a pesquisa, é um dos maiores reassentamentos conquistados após a expropriação compulsória pela UHE Lajeado e possui uma área total de aproximadamente 1.709 ha.

A pesquisa buscou como objetivo geral, analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural, com ênfase ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Propôs-se, compreender o processo de interação entre essas políticas públicas, que têm sido implementadas no Reassentamento São Francisco de Assis (TO), com as famílias atingidas e os efeitos territoriais desta inserção para a autonomia e a reprodução camponesa. Fez-se importante ainda, verificar o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e as perspectivas de desenvolvimento rural apresentadas pelo movimento social. Como objetivos específicos propôs-se: **a)** Compreender como se deu a estruturação do Reassentamento São Francisco de Assis, localizado no Estado do Tocantins; **b)** Analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural, com foco no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); **c)** Verificar os desafios e as principais (Re)Existências dos sujeitos no Reassentamento São Francisco de Assis (TO).

Diante do exposto, alguns questionamentos fazem-se necessários: as políticas públicas para o desenvolvimento rural, especificamente o PAA e o PNAE, sofreram retrocessos e cortes orçamentários nos últimos anos? Quais são as especificidades dessas políticas públicas nas últimas décadas, desde que foram institucionalizadas?

Para isso, foi necessário trazer ao debate que essas políticas públicas voltadas para uma parcela da sociedade, que esteve historicamente excluída da agenda de políticas governamentais, começaram a enfrentar um enfraquecimento, que se iniciou a partir do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 ao Governo Bolsonaro, paralelamente, a maior pandemia/genocídio da história recente. A partir dessas indagações busca-se compreender as formas de (Re)Existência construídas pelos camponeses, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE).

Partiu-se da historicidade espacial, do entendimento das especificidades locais/regionais numa relação escalar com o Brasil e o mundo e, a partir dos sujeitos pesquisados (reassentados), da avaliação dos resultados alcançados, sobretudo, no que diz respeito, ao território das famílias reassentadas após a construção da UHE.

Para tanto, destacou-se que a escolha deste tema surgiu a partir de pesquisas realizadas na Iniciação Científica, efetuadas durante a Graduação em Geografia, na Universidade Federal de Goiás e das reflexões e debates realizados no Grupo de Pesquisa Trabalho, Território e

Políticas Públicas (TRAPPU). No Grupo de Pesquisa há pesquisadores vinculados a Universidade Federal do Tocantins/Porto Nacional (UFT) o que permitiu, um diálogo sobre as questões propostas.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir para o arcabouço investigativo crítico da Ciência Geográfica, no que tange a importância das políticas públicas em reassentamentos. Ademais, espera-se contribuir, resguardando os limites da investigação proposta, para a luta dos camponeses/sujeitos da terra, na medida em que, os dados e as reflexões da Dissertação de Mestrado possam ser usados para debates entre gestores, comunidades, reassentados etc. Para alcançar os objetivos propostos, foi realizado o aprofundamento teórico, considerando os conceitos-chave e categorias geográficas, tais como território, (Re)Existência, Desenvolvimento, Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas.

Foram coletados dados estatísticos junto às instituições e órgãos oficiais, tais como: Secretaria do Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN); Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDAF); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); dentre outros. Também informações de fontes primárias, por meio de entrevistas *online* com cinco reassentados do Reassentamento São Francisco de Assis. A partir dessas entrevistas foi possível verificar como esses sujeitos se organizaram. Posteriormente foram elaboradas tabelas e realizadas análises dos dados para fundamentar, junto à teoria, a escrita da Dissertação.

Portanto, propõe-se apresentar na primeira Seção a estruturação do reassentamento São Francisco de Assis, destacando o processo de implementação a partir da construção da UHE do Lajeado e as ações de mobilização feitas pelos *sujeitos da terra e da água*, os camponeses, que foram expulsos de seus territórios.

Na segunda Seção inicia-se uma análise e contextualização teórica sobre políticas públicas, com ênfase nos dois programas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE) e as interfaces com o desenvolvimento rural.

Por fim, na terceira Seção, realizou-se uma análise dos dados das políticas públicas de desenvolvimento rural (PAA e PNAE) e os desafios e retrocessos nos últimos anos (2016-2022), bem como as principais (Re)Existências verificadas no Reassentamento São Francisco de Assis (TO).

Barragem

Ao primeiro olhar o rio assume as feições
De lagoa. De útero. Misteriosa oficina de vida.
Melhor, um avesso de útero:
Vai devorando as ilhas
Que se opõem à sua placenta corrosiva.
Dissolve areias e memórias
Para nutrir vagidos e vida nova,
Imprecisa:
Algo entre o pássaro e a calamidade.
Tocantins: veia aberta num brejal
Que se derrama pelo cerrado vasto
E reconfigura a estampa da paisagem
— e do peito —
Esculpida nos ásperos, no torto,
Na dura vontade do sertão.
O rio teima em manter-se rio, corrente:
Uma veia de esmeralda líquida e retesa
Varando o ventre do lago,
Feito alma submersa
E luminosa a lhe dar sentido.
Vencido, o rio se abranda em barros e silêncios.
Grávido, cálido, fermentado.
Engendrando o desconhecido
Belo ou monstruoso que saltará sobre nós.

(Pedro Terra, no livro “O Porto Submerso”).

1. O REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - PORTO NACIONAL (TO)

Ao buscar compreender os efeitos das políticas públicas de desenvolvimento rural na construção de territórios hegemônicos pelos camponeses, notou-se que o próprio território em estudo, o Reassentamento São Francisco de Assis, é parte do processo que se intenta compreender.

Para compressão do que é reassentamento, no caso estudado, reassentamento a partir da construção de barragens (reservatórios) para produção de energia, recorremos inicialmente ao que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apresenta nas modalidades de assentamentos (Grupo 2 – modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra), reassentamento de barragens; a implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quando eles passam a ter direito ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (BRASIL, 2023).

Sêne (2009) define reassentamento da seguinte forma:

Pequenos proprietários de terras são deslocados de suas áreas para outras – os reassentamentos –, sem direito de escolha, deixando toda a sua construção cultural (casa, cemitério, igreja, amigos) para ser remanejado para outro local. Esse processo de reassentamento acontece devido às inundações de grandes áreas ocasionadas pelas construções de hidrelétricas. Esses agricultores não têm o direito de escolha, quando conseguem uma nova terra para morarem, não recuperam sua vida de antes. Existindo ainda aqueles que não reconquistam nada, nem terra, nem vida (SÊNE, p. 2-3).

Utilizando a definição de Ferreira (2003, p. 56-57, apud SÊNE, 2009, p. 3), “o significado da palavra reassentamento está ligado à desapropriação. Famílias ribeirinhas que tiveram seus projetos de vida destruídos, expulsas de suas terras”.

A palavra assentamento e por sua vez, reassentamento, segundo Esterci *et al.* (1992), surgiu no âmbito da burocracia estatal brasileira, na década de 1980, para referir-se a diversas etapas da ação do Estado no sentido da alocação de populações e da resolução de problemas de ordem socioeconômica. Dessa forma, o conteúdo do assentamento e reassentamento reflete a compreensão da estrutura governamental (órgãos/pessoas formuladores) naquela conjuntura de priorizar a produção energética para assegurar o *desenvolvimento para todos*.

Almeida (2006) diz sobre esse contexto e observa que,

[...] se, por um lado, o assentamento e reassentamento é sinônimo de área de terra destinada a famílias sem terra ou famílias deslocadas de suas terras por projetos hidrelétricos, logo de reordenamento da estrutura fundiária, por outro, é também um termo que indica a intenção do governo de resolver o problema referente à fixação das populações (ALMEIDA, 2006, p. 257).

O MAB (2013) trouxe elementos significativos sobre a particularidade do reordenamento fundiário – reassentamento – da população atingida por hidrelétricas. Para o MAB, não há uma Política Nacional de Direitos da População atingida por barragens e, sendo assim, as compensações, indenizações e reassentamentos “dependem muito da mobilização dos atingidos por barragem” (MAB, 2013, p. 9). São poucos os marcos jurídicos de Estado que garantem direitos à população. O Quadro 1 mostra alguns marcos legais da População Atingida por Barragem.

Quadro 1 – Marco Legal da População Atingida por Barragem

| | |
|------|--|
| 1941 | Decreto-Lei 3.365 – desapropriação Atingido: proprietário da terra: Direito Indenização |
| 1988 | Constituição Federal; Direito a indenização pela desapropriação |
| 2010 | Decreto Cadastro Socioeconômico |

Fonte: MAB, 2013. Organização: Autora.

É importante destacar o Decreto de 1941 e o de 2010. O Decreto-lei nº 3.356 de 1941, reconhece como atingidos apenas os proprietários de terra com escritura que forem desapropriados pelas obras e estabelece a indenização em dinheiro como única compensação. Este decreto não assegura a negociação coletiva de preços, o reassentamento e o direito de livre opção. Além disso, ele nega o “direito” dos não proprietários e todos os outros atingidos pela obra: professores, comerciantes, posseiros, indígenas, pescadores e municípios.

Em 2010, 59 anos depois do decreto 3.365/41, outro dispositivo legal veio tratar dos direitos dos atingidos. O decreto 7.342 criou o cadastro socioeconômico dos atingidos, estabelecendo um conceito legal de atingido por barragem. No entanto, a regulamentação do decreto em junho de 2012, realizada por uma Comissão Interministerial, entre eles o Ministério de Minas e Energia, privatizou o cadastramento dos atingidos. Essa medida, na prática, transformou o cadastro, que deveria assegurar direitos, em mais um negócio para as empresas.

Esse contexto traz à tona a ausência de uma política de Estado que garanta o direito à *terra de trabalho*¹ após ser expulso de sua área para dar lugar à hidrelétrica. Por isso, o Reassentamento em estudo será retratado como uma conquista da população atingida, como ensina um camponês morador do Reassentamento São Francisco de Assis.

Muita gente vem aqui e fala que esse reassentamento e tudo o que tem aqui dentro, é porque na época de sua formação, estava entrando um governo de esquerda². Mas, o Estado brasileiro, não tem nenhuma política de reassentamento de atingidos por barragem. Cada empresa que constrói barragem faz o que quer com a população. No nosso caso, o reassentamento só foi garantido pela organização do MAB. Se não fosse isso, ao invés de estar aqui produzindo comida, estaria na cidade passando fome. (Camponês Sr. G., reassentado no Reassentamento São Francisco de Assis. Entrevista *online*, realizada em 24/02/23).

Assim, o Reassentamento São Francisco de Assis é resultado da organização dos atingidos por barragens para permanecer na terra. É território conquistado para reassentar as pessoas que tiveram suas terras desapropriadas em virtude da construção da usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, situado na parte rural do município de Porto Nacional.

Construído sobre o rio Tocantins, entre o período de 1998 a 2001, o reservatório da UHE Luís Eduardo Magalhães, também conhecida popularmente como UHE Lajeado (toponímia que será utilizada na pesquisa) atingiu as cidades de Miracema, Lajeado, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Palmas e Ipueiras, que pertencem à região central do estado de Tocantins, “conhecida como o grande entorno de Palmas” (JUSTINO; PARENTE, 2013, p. 110).

O consórcio INVESTCO³, segundo Menestrino (2010) foi o responsável em “coordenar e comandar a construção do empreendimento hidrelétrico. E, “é considerada um dos mais arrojados projetos hidrelétricos do país, foi edificada em um tempo recorde – apenas 39 meses –, tornando-se num marco do setor elétrico por ser o maior empreendimento de geração de energia realizado pela iniciativa privada no Brasil” (PARRIÃO, 2011, p. 24).

Segundo Barbosa; Lolis; Pereira (2015, p. 192-193): “de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório do Impacto Ambiental (RIMA) da UHE de Lajeado,

¹ MARTINS, J.S. (1980, p.60) “Quando o capital se apropria da terra ela se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho.

² Se referindo ao primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2003.

³ A Investco é a concessionária responsável pela UHE Lajeado (TO, 902,5 MW) localizada no rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins. É controlada pela EDP Brasil, com 62,4% do capital social da empresa. Disponível em: www.investco.com.br

foram atingidas 529 famílias em áreas urbanas, e, 997 famílias em propriedades rurais, totalizando 1.526 famílias atingidas diretamente”.

No entanto, esses números, segundo esses autores, divergem dos apresentados pelo MAB, que apontam: “ter sido 4.969 famílias atingidas diretamente pela construção da UHE de Lajeado para um total de 10 (dez) mil hectares que foram distribuídos para reassentamentos nos municípios de Porto Nacional, Monte do Carmo, Ipueiras e Brejinho de Nazaré” (BARBOSA; LOLIS; PEREIRA, 2015, p. 192-193).

Após um processo de organização de parte da população atingida pela UHE de Lajeado, conquistou-se o chamado Programa de Reassentamento Rural (PRR). Este Programa, resultou no reassentamento de 363 famílias nos municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado, Porto Nacional, Ipueiras e Brejinho de Nazaré, distribuídos em 12 projetos, sendo eles: Boa sorte, em Brejinho de Nazaré; Canto da Serra, em Lajeado; Projeto 2000, em Ipueiras; Mundo Novo, em Miracema do Tocantins; Brejo Alegre, Córrego da Prata, Flor da Serra, Luzimangues, Mariana, Oliricultores, Pinheirópolis Rural e São Francisco de Assis em Porto Nacional (SILVA JR, 2005).

A seleção do grupo de pessoas que compuseram os reassentamentos coletivos citados anteriormente, foi definida após cada atingido, reconhecido pelo Consórcio Investco, fazer a escolha pela forma de compensação⁴. Os atingidos que optaram pelo reassentamento rural eram em parte organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), segundo o coordenador do MAB de Tocantins, Cirineu da Rocha em entrevista *online*, concedida em 07/12/2022.

Esse argumento também é destacado por Zitzke (2007, p.144):

As famílias proprietárias de pequenas áreas, ocupantes, posseiros, meeiros ou empregados rurais, foram convencidas pelo MAB de que a melhor forma de compensação seriam os reassentamentos rurais coletivos, enquanto uma estratégia para exigir do empreendedor os meios necessários para reorganizar suas vidas e atividades produtivas, inseridas em alguma proposta de desenvolvimento rural.

O Plano Básico Ambiental (PBA) e Programa de Remanejamento da População Rural de 1998 apresentava que para os reassentamentos rurais a seleção e escolha da área deveria resultar das discussões participativas sobre as alternativas de modelos de produção desejadas por cada grupo, possibilitando, assim, o cálculo do número de áreas que seriam necessárias aos

⁴ O empreendedor agrupou os atingidos em três (03) modalidades de compensação: (1) Indenização monetária; (2) Auto-reassentamento; (3) e, Reassentamento Coletivo.

reassentamentos rurais e a escolha das características agropecuárias adequadas aos modelos produtivos definidos pelos grupos.

Apesar dessa premissa, a pesquisa realizada por Zitzke (2007, p. 200) evidencia que:

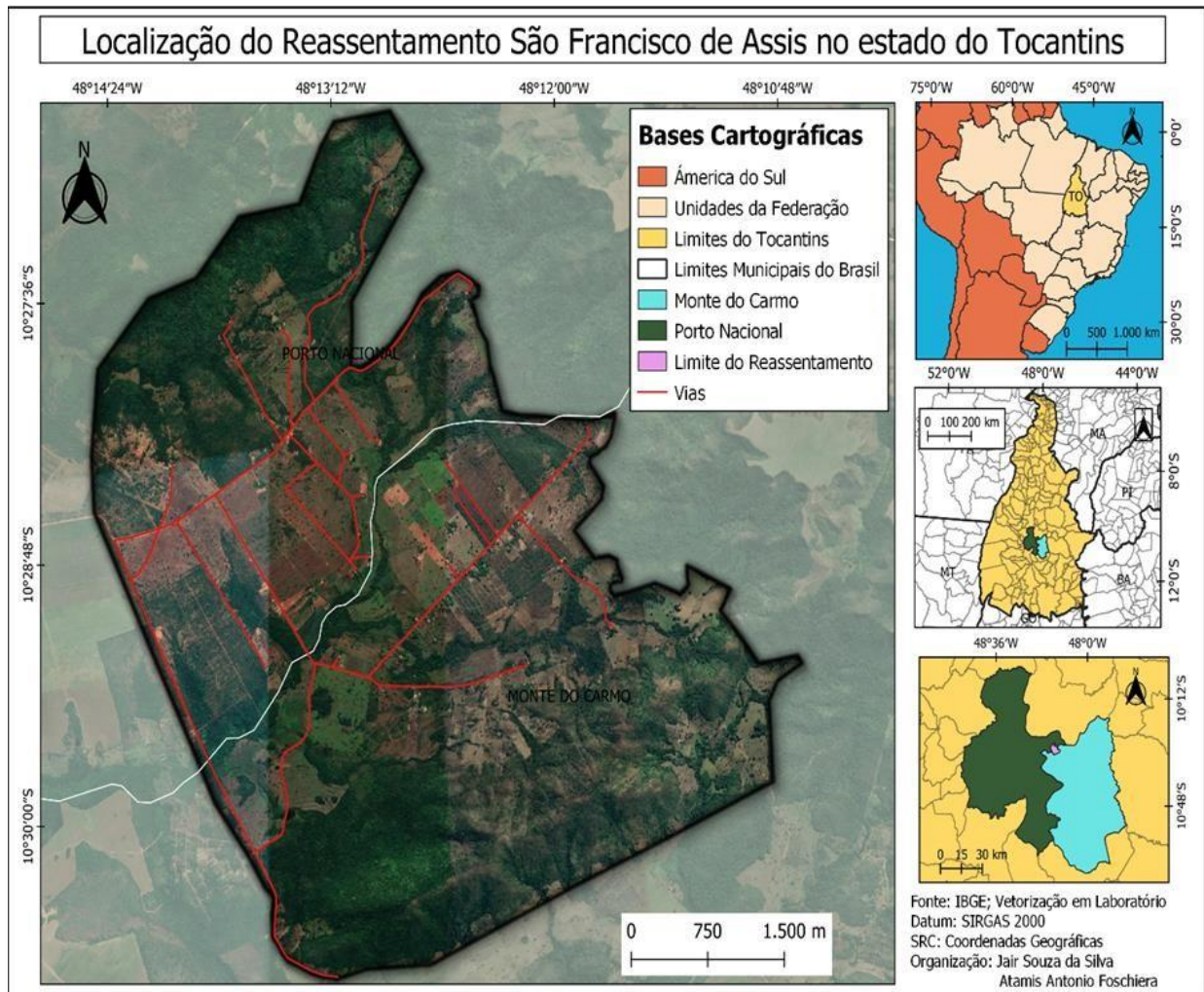
As discussões participativas foram realizadas em apenas dois casos: dos reassentamentos Mariana e São Francisco. Nos demais casos, o Consórcio Investco criou situações que retardaram e/ou impediram as discussões com as famílias, restando-lhes, apenas, aceitar as áreas em função da exiguidade do tempo para o enchimento do reservatório, sem a vistoria pelos integrantes dos grupos a serem realocados, como estava previsto no PBA.

Como se pode verificar, as famílias do Reassentamento São Francisco em Porto Nacional foi um dos dois grupos que tiveram as discussões participativas para a escolha da área onde se (re)criou as condições de reprodução social do campesinato.

1.1 Reassentamento São Francisco de Assis – reconstrução do território camponês

O reassentamento São Francisco de Assis está localizado entre os municípios de Porto Nacional e Monte Carmo (Mapa 01) e é um dos maiores reassentamentos conquistados após a expropriação compulsória pela UHE Lajeado. Segundo Relatório do consórcio INVESTCO de 2003, o Reassentamento possui uma área total de aproximadamente 1.709 ha., e atendeu 44 famílias em lotes que variam de 04 a 41 ha (INVESTCO, 2003).

Figura 01 – Mapa de Localização do Reassentamento São Francisco de Assis/Porto Nacional



Fonte: IBGE. Elaboração: J. S. Silva; A. A. Foschiera (2022)

Formado por família de posseiros, meeiros ou trabalhadores sem-terra que viviam à margem do rio Tocantins, o Reassentamento significou a criação de um território com relações camponesas de reprodução social, em meio a hegemonia capitalista de apropriação da terra e da água. Segundo levantamento realizado por Zitzke (2007), após a “discussão participativa” o Reassentamento São Francisco de Assis se configurou, da forma que pode ser verificada no Quadro 2, em relação à propriedade da terra.

Quadro 2: Famílias por hectare (ha) no Reassentamento São Francisco de Assis (TO)

| Reassentamento | Famílias com 4 ha | Famílias com 5 a 9 há | Famílias com 10 a 16 há | Famílias com 16 ha | Total |
|------------------------|-------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------|-------|
| São Francisco de Assis | 18 | 1 | 3 | 22 | 44 |

Fonte: Zitzke (2007). Organização: Autora (02/03/2023).

Segundo o autor, a definição do tamanho da área equivale à atividade produtiva que uma pessoa ou um grupo de pessoas optaram em desenvolver. A escolha da referida atividade foi embasada em um estudo do mercado agropecuário local e regional realizado pelo consórcio empreendedor. O resultado desse estudo, subsidiou a elaboração dos projetos de desenvolvimento rural baseado na pecuária de leite de cunho comercial, como consta no PBA: “[...] os futuros produtores na escolha da sua atividade produtiva da pecuária leiteira terão a melhores estratégias para o abastecimento do mercado consumidor” (PBA, 1998, p.33). Porém, o enfoque na agropecuária leiteira e comercial levanta questionamentos, como pondera Zitzke (2007, p. 201):

[...] as estratégias de desenvolvimento agropecuário, leiteiro, para estas famílias priorizaram a agropecuária comercial, desconsiderando a experiência e a vivência acumulada por estas famílias em relação ao extrativismo animal (pesca) e vegetal (coleta de frutos do Cerrado), o que caracteriza uma violência simbólica sobre estas famílias pelo ator-mundo, através da legitimação no discurso do desenvolvimento econômico.

É importante destacar que no momento de formação do Reassentamento São Francisco de Assis em 2001, a UHE do Lajeado foi apresentada como a promotora do desenvolvimento de atividades econômicas, deficientes ou inexistentes até o momento na região, e, em particular, no caso do remanejamento da população rural. Ao consórcio Investco foi protagonizado à aquisição de terras, a construção de infraestrutura como escola, posto de saúde, centro comunitário e também a implantação de uma assistência técnica.

Em entrevista, o camponês reassentado G. M. G, fala sobre o protagonismo do consórcio empreendedor como agente do desenvolvimento rural local.

[...] quando se formou o reassentamento, o povo colocava muita fé no empreendedor. Acredita que eles iam trazer o desenvolvimento pra nós e para região. Tinha as reuniões e quase cem por cento do pessoal participava. Diziam que era para nós decidir no que iria trabalhar, mas apresentava uns dito estudo que sempre era melhor do que as nossas ideias. E foi assim que começou o Reassentamento (Sr. G.M.G. Entrevista *online*, realizada em 25/02/2023).

Esse argumento *joga luz* ao fato de que esse ‘novo território’ foi constituído com uma ‘ideia de fora’ de desenvolvimento rural. A designação de reassentamento coletivo, “concebidos na forma de loteamentos rurais, com lotes produtivos individuais providos de casas e infraestrutura” (PBA, 1998, p.19) foram constituídos com “a apresentação dos projetos prontos, apenas para conhecimento e apreciação dos mesmos” (ZITZKE, 2007, p. 210).

De toda forma, a criação do Reassentamento São Francisco de Assis significou um programa de mudança social, em que os vetores consistiam em um lote, moradia, área para produção e infraestrutura de serviços básicos e assistência técnica. A organização deste território foi vista como uma forma para promover a transformação no campo das relações sociais. Este novo estilo de vida que foi apresentado às famílias estava, assim, pré-concebido: o planejamento da nova organização socioterritorial trabalhava como elemento promotor de uma mudança social, onde o vetor principal era a disponibilidade de melhorias e serviço que as famílias não dispunham nas áreas em que residiam (REBOUÇAS, 2002).

Neste contexto, a infraestrutura coletiva (escola, igreja, posto de saúde, galpões e paióis, rede elétrica, campo de futebol, rede hidráulica) de cada reassentamento combinou um sentido compensatório que permeava o próprio projeto de reassentamento coletivo, e uma clara intencionalidade de mudança social. É a arquitetura assumindo um papel condutor e condensador de um novo estilo de vida e contribuindo para a mudança social, uma vez que a maioria das famílias habitava em casas de adobe ou de palha e não dispunha de redes elétrica e hidráulica.

A partir dessa compreensão a perda das antigas áreas de trabalho e moradia próximas às margens do rio e seus contribuintes foram revertidas e “compensadas” com um novo modelo de vida, onde as famílias foram forçadas às novas formas de experiência social, de associações coletivas e de hábitos pessoais que o reassentamento trazia e exigia.

1.2 A configuração territorial camponesa no Reassentamento São Francisco de Assis

Com o propósito fim de se estruturar como um “novo modelo de desenvolvimento” para as famílias envolvidas e para a região, o Reassentamento São Francisco de Assis foi concebido na forma de loteamentos rurais, com lotes produtivos individuais providos de casa e infraestrutura (energia elétrica, poço artesiano, água encanada), integrado de infraestrutura físico-comunitário como Centro Comunitário, Posto de Saúde, Escola.

Segundo Zitzke (2007, p. 141):

A proposta de reassentamento rural se constituiu, assim, como um território, e se propunha a fazer com que cada propriedade se tornasse a base onde cada família desenvolveria o ciclo de sua vida. Representaria, então, junto com o sustento, a memória, o sentimento, um patrimônio para os filhos, a segurança para a velhice. Cada benfeitoria teria um sentido próprio, um tempo, uma abstração, além de ter a funcionalidade, o que exigia, em última instância, um novo modelo de desenvolvimento.

Formado por famílias que já tinham acesso (proprietários e/ou meeiros) à terra e por sem-terra (trabalhadores rurais) de diversas origens como sulistas (Rio Grande do Sul), maranhenses, piauienses, mineiros, goianos e tocantinenses, o Reassentamento reuniu diversas racionalidades de relações sociais e destas com a natureza. Apesar do MAB ter apresentado como modelo os reassentamentos estruturados no Rio Grande do Sul com centralidade na agricultura, o Reassentamento São Francisco de Assis se consolidou com base na diversificação produtiva.

Assim, como destacado por Zitzke (2007) é possível encontrar famílias que se dedicam à produção de hortaliças, ao extrativismo vegetal, a partir dos frutos do Cerrado como bacaba, buriti, mangaba; a pesca artesanal com redes, anzóis e a *ceva*⁵, produção artesanal de farinha de mandioca; atividades assalariadas como diaristas em grandes e médias propriedades e participavam de garimpos, mesmo que eventualmente. E, mais recentemente, até mesmo a aposentadoria rural.

Esse processo é destacado nas entrevistas realizadas com os Reassentados:

Quando nós viemos morar aqui no reassentamento, o MAB conquistou alguns benefícios importantes. Conseguimos que a empresa ajudasse a começar a produção aqui dentro. Como o Reassentamento estava sendo formado, em um primeiro momento plantamos uma roça coletiva de 4 hectares de arroz; foi bom demais. Produziu bem. Deu cerca de 90 sacos de arroz para cada uma das famílias que foi assentada aqui. No segundo ano, era para cada um produzir uma lavoura de arroz no seu próprio lote, mas aí desandou tudo. O povo que tinha origem no Nordeste, em Goiás ou mesmo alguns que era aqui do Tocantins não tinha costume com lavoura. Aí pegou o dinheiro de plantar a lavoura e comprou galinha, porco, fez horta, fez um monte de coisa. (Sr. O. Reassentado com origem do Rio Grande do Sul. Entrevista *online*, realizada em 27/02/2023).

Mesmo com vários desafios, o Reassentamento rural representou para as famílias uma nova possibilidade de reorganização, a partir da oferta de terras e condições de produção de um novo território hegemônico pelas relações camponesas, tendo a terra como *terra de trabalho* e o trabalho familiar como elementos fundantes no processo de reprodução social dos camponeses.

⁵ Isca ou alimento em geral utilizado para pesca.

Diversos autores como Martins (1995), Fabrini (2002), Oliveira (1993) já demonstraram que as estratégias de reprodução social são dinâmicas e imbricadas às diversas variáveis condicionantes e condicionadas pela realidade na constituição dos territórios camponeses. Raffestin (1993) defende que as combinações dessas variáveis se manifestam em “imagens territoriais” que demonstram as relações de poder estabelecidas.

Neste momento, acreditamos ser pertinente *dar luz* ao conceito de território enquanto apropriação do espaço (RAFFESTIN, 1993). Nesse ínterim, o território é um espaço transformado pelo trabalho ali contido, “[...] o qual é delineado por estratégias de organização e controle do mesmo. Portanto, essa apropriação não é uma ocorrência natural, mas um dado concreto da luta dos seres humanos pela sua sobrevivência” (PAULINO, 2012, p. 358).

Para Raffestin (1993), o território é formado a partir do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Segundo Raffestin, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço, sendo nessa perspectiva um espaço onde se projetou trabalho e que revela as relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Assim, a produção do território é a expressão de lutas que se inscreve em um campo de poder. No caso do Reassentamento São Francisco de Assis, sua formação se deu a partir da elaboração do nomeado de Plano de Desenvolvimento Integrado do Reassentamento. Este, teve nove diretrizes de desenvolvimento, que são as seguintes:

Desenvolvimento Produtivo, Desenvolvimento em Lazer, Desenvolvimento Educacional, Desenvolvimento em Saúde, Desenvolvimento Cultural, Desenvolvimento da Infraestrutura, Desenvolvimento Ambiental e Desenvolvimento Organizacional. (ZITZKE, 2007, p. 234)

As casas foram construídas seguindo um modelo padronizado, variando apenas a quantidade de cômodos construídos em cada propriedade (levaram em conta a quantidade de filhos para a construção dos quartos), feitas de tijolo, cobertura de telhas, piso de cimento queimado, janelas venezianas de aço zincado, banheiro interno, poço semi-artesiano, depósito com fogão caipira, água encanada.

A Figura 2 mostra que ao serem reassentados em outro território, os sujeitos atingidos pela barragem, são retirados do seu território de vida, onde tinham água em abundância, para um território que conta somente com um reservatório de água, para abastecer toda a Comunidade.

Figura 2: Reservatório de água do Reassentamento São Francisco de Assis (TO)



Foto: Eloisa Arminda Duarte Batista (2009).

É importante salientar que conforme retratado pelos sujeitos atingidos pela construção da UHE e reassentados, a água que antes era farta para o consumo, para as atividades laborais do cotidiano, passa a ser escassa e se torna um grande problema no Reassentamento.

O sistema depende da boa vazão do córrego Chupé, pois o abastecimento é feito por captação que segue para um tanque e em seguida bombeado para o reservatório. Então dependem também do fornecimento regular de energia elétrica e do bom funcionamento dos equipamentos para o bombeamento para o reservatório. Sendo frequente a ocorrência de problemas em algum desses elementos do sistema do qual dependem. (BATISTA, 2009).

Foi construído pela Investco um galpão (Figura 3) no Reassentamento para terem um espaço voltado para as reuniões, como também para ser utilizado na elaboração de cursos para a Comunidade, fornecidos pela empresa, no período inicial do Reassentamento.

Figura 3: Centro comunitário do Reassentamento São Francisco de Assis (TO)



Foto: Samara Letycia Moura Borges (2019).

Possui também no Reassentamento uma escola voltada para o Ensino Fundamental (Figura 4), que atualmente atende os alunos até o quinto ano (porém no início no Reassentamento esta escola atendia até o nono ano).

Figura 4: Escola Municipal Antônio Benedito Borges, no Reassentamento São Francisco de Assis (TO)



Foto: Samara Letycia Moura Borges (2019).

Verifica-se também no Reassentamento, um posto de saúde (Figura 5) que realiza atendimento médico, uma vez por mês, conforme destacado na entrevista com o camponês reassentado G. M. G:

Tínhamos uma agricultura de sobrevivência e não capitalista, ao mudar para o reassentamento passamos a integrar a lógica capitalista, precisando comprar gás, pagar energia [...] a educação e a saúde aqui é muito atrasada (Sr. G.M.G. Entrevista *online*, realizada em 25/02/2023).

Figura 5: Posto de saúde do Reassentamento São Francisco de Assis (TO)



Foto: Samara Letycia Moura Borges (2019).

Conforme a fala de um dos sujeitos desapropriados de seu território de vida para a geração de energia, o camponês reassentado G.M.G, a situação no novo território de vida não é nada fácil, afirmando ser atrasada as condições que vivem no Reassentamento, pensando na lógica que foram inseridos para um desenvolvimento rural.

No Reassentamento possui também uma associação, nomeada de Associação de Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Reassentamento São Francisco de Assis e alguns membros fazem parte de uma cooperativa, que possui colaboradores de vários reassentamentos na região, a Cooperativa Agroindustrial do Reassentamento Córrego Prata, conhecida por Cooprato.

A partir da associação e cooperativa conseguem se organizar e assim contribuir para a venda de produtos produzidos na Comunidade, como verduras, farinha, mandioca, mamão, frango. Sendo assim uma das estratégias de permanência no campo para esses moradores.

É importante frisar, que na época da construção da UHE, foi importantíssima a mobilização feita pelo MAB para que os atingidos pudessem reivindicar seus direitos, levando alguns membros dos projetos de reassentamentos a um reassentamento localizado no Paraná para que assim eles entendessem como seria a nova lógica de organização, que era possível se unir para permanecerem no novo território.

O novo território dos reassentados se difere do território de vida a qual tinham suas identidades marcadas pelo modo de vida simples, no qual não era necessário maquinário para o plantio e nem sofriam com falta de água pois a mesma existia em abundância. Sendo assim:

As famílias não dependiam de mecanismos públicos antes da mudança para o reassentamento, a partir do remanejamento delas isso muda também, já que elas passam a ser dependentes do poder público. A dependência do poder público é uma realidade na qual as famílias passaram a ter diante da sua integração na lógica urbana. Ao serem envolvidas no projeto de modernização, as famílias precisam de mais dinheiro do que antes, já que o dinheiro que tinham antes passa a ser insuficiente frente aos novos gastos que tem no reassentamento (BORGES, 2019, p. 24-25).

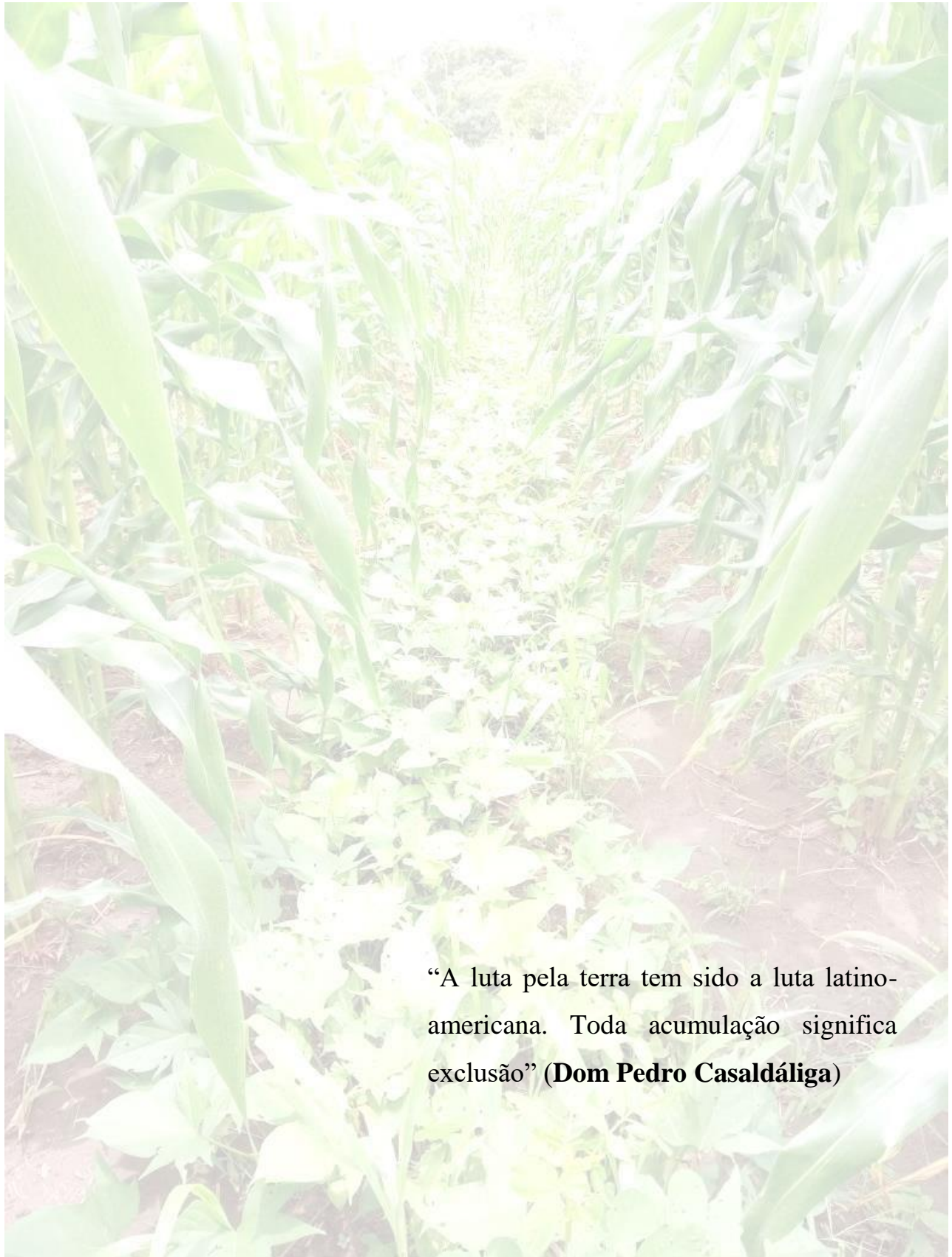
No início do Reassentamento as famílias tinham a assistência do consórcio Investco que disponibilizou maquinário para assessorar com o manejo da terra, porém com o término do contrato as dificuldades só aumentaram.

O Reassentamento é um projeto construído em um território que possui baixos teores de fertilidade o que dificulta o manejo e faz com que seja necessário o uso de fertilizantes, maquinários e insumos agrícolas, ou seja, de tecnologia para a produção, diferente do antigo território de vida, conforme evidencia Borges (2019) ao entrevistar alguns moradores do Reassentamento;

Por isso, essas famílias agora têm de lidar com os novos gastos e a dificuldade em plantar nessas terras, pois agora precisam pagar pelo adubo, máquina, energia, água e alimentos. Precisam, além disso, enfrentar crises que antes não vivenciavam em relação ao preparo da terra. É o que diz Jorge: “*No início ajudaram com as máquinas, gradeavam e a gente plantava. Não foi tão ruim, ruim é hoje com o mato, a gente não tem mais nada, dinheiro, ‘tá’ nas crises*” (Jorge, 11 de julho de 2018). Ainda segundo Jorge: “*Nos primeiros anos, o consórcio ajudou, mas depois afastou. É o que eu digo, ali eles ‘tinha’ que comandarem em todo lugar. É obrigação deles. É gente demais. Aí afastaram não sei por quê. O povo, ninguém briga, não diz nada. Eles ‘tinha’ que ajudar direto*” (Jorge, 11 de julho de 2018). (BORGES, 2019, p. 25)

Então, essas famílias agora são inseridas em uma nova lógica de produção e consumo, o que exigiu delas maior orçamento e maior organização para gerir o novo formato de vida no campo. Exigiu também, um processo árduo de adaptação e identificação com o novo território em que foram inseridas, de modo a recriarem seus saberes e fazeres, suas práticas culturais em *terras estranhas*.

Adiante apresentamos as interfaces entre as políticas públicas e a proposta de desenvolvimento rural a partir das experiências construídas no novo território: o Reassentamento São Francisco de Assis.



“A luta pela terra tem sido a luta latino-americana. Toda acumulação significa exclusão” (**Dom Pedro Casaldáliga**)

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (TO)

Historicamente, as políticas públicas voltadas a realidade do campo brasileiro estiveram limitadas a um viés setorial e produtivista que exclui, por consequência, camponeses, comunidades indígenas, comunidades quilombolas etc., em detrimento de interesses estatais associados aos grupos empresariais, desde meados da década de 1960, mediante a modernização conservadora da agricultura, intensificada pelo fenômeno da Revolução Verde.

Após a II Grande Guerra, no Brasil, precisamente, após a década de 1960, as políticas impulsionadas pela Revolução Verde, baseadas no discurso “de que iria aumentar a produção mundial de alimentos e assim acabar com a fome no mundo”, territorializa-se um pacote tecnológico que atinge, fortemente, a agricultura brasileira, com desdobramentos espaciais diversos. A Revolução Verde ficou conhecida como a modernização da agricultura. Junto ao pacote tecnológico se cria o crédito rural, facilitando o acesso aos maquinários e implementos agrícolas, insumos, adubos, entre outros para, supostamente, a produção de alimentos, mas que, se constituiu na produção de *commodities*, centrada na concentração fundiária, na mecanização e quimificação, em efeitos ambientais irreversíveis, tendo a produção, em sua maioria, destinada aos mercados estrangeiros (SILVA, 2021).

Afirma-se o viés setorial que beneficiaria parcela dos sujeitos do campo, destacadamente, os empresários rurais, numa fusão de interesses entre os conglomerados agroindustriais externos, os interesses do Estado em assegurar o crescimento econômico na ditadura civil militar e a permanência das estruturas de poder agrárias, centradas nas “mãos” dos latifundiários.

Assim, Fernandes (1999, p. 31) diz que:

Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrojava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas (FERNANDES, 1999, p.31)

Sendo assim, ocorreu o fortalecimento das políticas estatais, voltadas para apenas um viés setorial, ou seja, dos latifundiários, os grandes produtores rurais, detentores de vastas extensões de terras, em detrimento dos outros sujeitos do campo, como a agricultura

camponesa, excluída dessa modernização, pois como destaca Fernandes (1999) é uma modernização articulada entre os militares e a burguesia. Os militares pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência, gerando conflitos com a implantação do modelo empresarial de desenvolvimento para o campo.

Segundo Fernandes (1999, p. 31):

O Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados a migração pelo território brasileiro e para o Paraguai. O ataque contra os trabalhadores, e especificamente contra os camponeses, agregou novos elementos à questão agrária, aumentando e expandindo os conflitos, fazendo eclodir as lutas no campo.

Essas políticas realizadas tiveram caráter desigual, privilegiando o modelo empresarial rural para atender a exportação de *commodities*. Mendonça (2004) evidencia que esse processo fez com que uma parte dos camponeses, destacado por ele como, parcela dos *trabalhadores da terra*⁶, acreditassem no discurso implementado pelo Estado, mediante as escolas técnicas, atividades de extensão rural (ATER), propaganda da “salvação da lavoura” para implantação do pacote tecnológico moderno.

Era o moderno, o progresso com o discurso do desenvolvimento econômico e social que chegava às áreas do Cerrado, tido como improdutivo, conforme as lentes do Estado e dos empresários rurais que aportavam essas terras e fortaleciam os estereótipos sobre os sujeitos Cerradeiros. As narrativas diziam/dizem que o modo tradicional de lidar com a terra era atrasado, sendo assim, era necessário que os saberes, os fazeres, os cuidados com a terra fossem substituídos e, logo, as práticas de vida dos Povos Cerradeiros⁷ “foram vulgarizadas como incompetência, brejeirice e credence, entre outras adjetivações pejorativas” (MENDONÇA, 2004, p. 49).

Contudo essas políticas só privilegiaram e intensificaram o domínio dos grandes produtores, confirmando mais e mais o viés setorial e produtivista. De acordo com Mendonça; Mesquita (2007, p .8):

⁶ Para Mendonça (2004, p.28) [...] são àqueles que exercem labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc. que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, em situação de desfiliação social, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária.

⁷ Refere-se às classes sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrado constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. Atualmente se configuram nos *trabalhadores da terra*, camponeses e demais trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital (MENDONÇA, 2004, p. 30).

Essas políticas promoveram medidas de liberalização comercial e de incentivos à entrada do capital transnacional, o que gerou uma crise sistemática na agricultura, eliminando parte considerável dos trabalhadores/camponeses e proprietários tradicionais (pecuaristas) que ainda insistiam em produzir. Nesse momento, as empresas transnacionais passaram a exercer maior controle na produção e distribuição de sementes, de agrotóxicos e implementos agrícolas, promovendo uma concorrência desleal, e até mesmo as empresas medianas com capitais regionais e nacionais não conseguiam mais sobreviver (MENDONÇA; MESQUITA, 2007, p. 8)

Sendo assim, o conceito de agrohidronegócio elaborado por Mendonça; Mesquita (2007) afirma que terra e água passam a ser, de forma conjunta, apropriadas para se transformarem em mercadorias, ao invés de serem consideradas bens comuns, conforme as necessidades humanas.

Outro autor que vem verticalizando as reflexões sobre o conceito de agrohidronegócio é Thomaz Junior (2010). Ele aponta uma discussão muito importante sobre o polígono do agrohidronegócio e a pressão da agricultura capitalista sobre a água, sobretudo, sobre os Aquíferos do Brasil, com destaque para o Aquífero Guarani. Desta forma, a discussão do agrohidronegócio é estratégica e geopolítica. Dispor de água é dispor de condições fundamentais para a territorialização do capital agronegocista e para a vida e trabalho dos camponeses, acirrando-se os territórios de disputa e as (Re)Existências⁸.

Para tanto, compreende-se que o apoio do Estado é essencial para esse processo, pois é por meio das ações feitas pelas políticas públicas que o agronegócio se territorializa, ou seja, por meio de uma escolha política e econômica do Estado, conforme define Delgado (2012, p. 94):

Agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado.

Por mais que a construção das Usinas Hidrelétricas brasileiras tenha se iniciado no final do século XIX, é importante associar esses grandes empreendimentos como parte de um vigoroso processo de investimentos capitalistas, juntamente com o agronegócio, para a

⁸ Para Pelá e Mendonça (2010) [...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. Nesse sentido, as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidroelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento.

produção e territorialização do campo, sendo esse movimento uma das faces espaciais da reestruturação produtiva do capital no Brasil (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008).

As Usinas Hidrelétricas foram criadas para suprir uma demanda por energia das indústrias. Sobre a UHE Luís Eduardo Magalhães:

A construção da UHE Luís Eduardo Magalhães foi iniciada em 1º de julho de 1998, em uma área de 3,5 km² no município de Lajeado (TO), a 50 km de Palmas. O reservatório formado com a construção da usina tem uma extensão de 170 km e abrange uma área total de 630 km², atingindo os municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras (PARENTE; MIRANDA, 2014, p. 561).

As consequências de empreendimentos desse porte atingem tanto, áreas rurais quanto urbanas, dificultando, inclusive, a organização de grupos sociais na articulação de estratégias, até mesmo para o recebimento de indenizações. Por essa razão, é necessário compreender as ações feitas pelos sujeitos diante dos ataques sofridos pelo avanço da fronteira agrícola, a partir das necessidades de expansão dos complexos agroindustriais e energéticos, denominados agrohidronegócio (MENDONÇA; MESQUITA, 2007).

Assim como destacado por Foschiera; Batista; Junior (2009, p. 137):

No que tange à construção de hidrelétricas, vai ocorrer a formação de consórcios privados para construí-las, sendo que a energia poderá ser vendida ou consumida pelas empresas geradoras. Neste sentido, a construção de hidrelétricas passa a ser uma nova forma do capital se territorializar, enfrentando diretamente os atingidos que buscam não serem desterritorializados ou garantirem o máximo de ganho no processo de desterritorialização.

Desse modo, é imprescindível a compreensão do agrohidronegócio enquanto um conjunto de ações que envolvem o modelo produtivo do agronegócio junto com a territorialização do capital que se apropria da terra, da água e do trabalho precarizado, causando a expulsão das populações camponesas, tradicionais e originárias (MENDONÇA; MESQUITA, 2007).

Esse cenário começa a ser modificado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996. A partir desse período é que as políticas públicas voltadas ao rural tiveram uma abertura focada na agricultura camponesa que foi denominada oficialmente como Agricultura Familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), estruturado originalmente como um programa de crédito (de investimento e custeio), que buscava

contemplar, em seu desenho de implementação, algumas das demandas trazidas pelos movimentos sociais. Como tem sido amplamente discutido, tanto pela literatura acadêmica como pelos movimentos sociais (particularmente pelas organizações mais diretamente engajadas na promoção da agroecologia), o Pronaf incorporou ao seu desenho original um viés em boa medida produtivista: o acesso ao crédito, em condições diferenciadas, e às tecnologias modernas era visto como elemento essencial na inclusão social e econômica desse segmento de produtoras/es (LOURENÇO, *et al.*, 2022, p. 15).

Para compreender os efeitos territoriais das políticas públicas de desenvolvimento rural é importante esclarecer que no Brasil é muito recente a implementação de políticas públicas que não estejam voltadas apenas para um viés setorial e produtivista, beneficiando os grandes produtores/empresários rurais, conforme o histórico da questão agrária brasileira que, historicamente, beneficiou essa pequena parcela da sociedade.

2.1 Políticas Públicas e Agricultura Familiar - PAA e PNAE

A elaboração de políticas públicas no Brasil direcionadas aos camponeses⁹, foram criadas apenas na década de 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No atual contexto governamental, as poucas conquistas, como a inserção de políticas públicas para os camponeses que, historicamente, foram excluídos das políticas globais, e que estão sendo destruídas desde o *impeachment* da presidenta Dilma através do Golpe Parlamentar em 2016.

É necessário entender o contexto histórico que perpassa as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural desde sua criação, considerando que, os incentivos agrícolas já faziam parte das políticas de governo, porém favorecendo apenas uma parcela privilegiada de agricultores, incentivando assim a produção e exportação de *commodities*.

Para Hespanhol (1997, p. 39) conforme destacado as políticas públicas tinham esse caráter “[...] no período pré 1950 não havia, propriamente, uma política agrícola global, mas

⁹ Mendonça; Thomaz Junior (2011, p. 35) compreendem que a agricultura familiar e agricultura camponesa não são sinônimas e que “A adoção do conceito de agricultura familiar não permite explicar a emergência dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil. As políticas públicas, com base no neoliberalismo e mascaradas por termos como ‘gestão empreendedora’, negam o campesinato e visam transformar os trabalhadores da terra em gestores e pequenos empresários, não compreendendo que não se pode alterar pela força e/ou por decreto, a histórica trajetória de (Re)Existências desses sujeitos sociais”. O termo agricultura familiar utilizado aqui, refere-se como é usado institucionalmente após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, que as políticas públicas voltadas ao rural tiveram uma abertura focada na agricultura camponesa – oficialmente designada como Agricultura Familiar.

sim políticas específicas que atendiam aos interesses dos segmentos mais importantes da economia agrária, tais como o açucareiro, o cafeeiro e o cacaueteiro”.

Podemos destacar o papel do Estado contribuindo para esse viés setorial com a implementação da modernização da agricultura, a partir dos ditames da Revolução Verde que se constitui no território brasileiro como uma modernização conservadora, pois não alterou a estrutura fundiária, ao contrário, fortaleceu a histórica concentração das terras no Brasil e acirrou os processos de expulsão do campesinato brasileiro.

O Estado contribuiu além dessas políticas para adquirir aos pacotes tecnológicos, o crédito rural para contribuir ao acesso dos insumos, maquinários, adubos, ou seja, todos implementos agrícolas visando a produção de alimentos, mas na realidade propiciando a produção de *commodities*.

A modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as terras improdutivas” do Cerrado em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e da adoção de novas tecnologias. A ideia era transformar as áreas ocupadas pelos proprietários rurais tradicionais, trabalhadores/camponeses em áreas modernas (MENDONÇA; MESQUITA, 2007, p. 07).

Portanto, estudar e analisar as políticas públicas se faz necessário para entender as relações sociais na produção territorial do campesinato e não subordinar as lutas dos movimentos sociais, comparando ao modelo de desenvolvimento hegemônico do agronegócio.

Assim, como salienta Wanderley (2004), “O modelo produtivista, que realizou a modernização agrícola, é hoje profundamente questionado pelos seus efeitos perversos de ordem econômica, social e ambiental, e que afetam o conjunto da sociedade” (WANDERLEY, 2004, p. 53).

De acordo com Bianchini (2005, p. 53) “Nas últimas décadas as políticas públicas favoreceram um modelo de agricultura não sustentável, do ponto de vista econômico, social, cultural e ambiental”. Para ele, na medida em que o Estado teve uma participação ativa nesse modelo de desenvolvimento, é papel do Estado rever estes instrumentos de políticas públicas e saldar uma dívida com o conjunto da sociedade que ficou excluída dos resultados deste desenvolvimento.

Assim, torna-se possível dizer que a construção de políticas públicas esteve historicamente ligada à atuação estatal e é nesse âmbito que se torna necessário analisar e entender qual é de fato o papel das políticas públicas voltadas para os pequenos agricultores, sabendo que no Brasil é muito recente a elaboração de políticas públicas voltadas para o

campesinato, sendo pensada e implementada apenas na década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

E o PRONAF é uma conquista dos camponeses que possibilitou maior democratização do crédito rural para parte dos agricultores familiares; recursos para infraestrutura no município; capacitação de técnicos e agricultores familiares; e recursos para assistência técnica e extensão rural de infraestrutura (TEIXEIRA, 2002).

Teixeira (2002, p. 2) define políticas públicas como sendo “[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Para o autor, as políticas públicas são explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que geralmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Sendo assim, a política pública de desenvolvimento rural, no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1990, ganha uma abordagem explicitamente territorial com as referências ao desenvolvimento local. Busca-se incorporar às novas políticas de desenvolvimento aquelas características que cada território apresenta suas potencialidades e carências específicas e suas relações representativas. Com isso, o desenvolvimento rural se reestrutura e se revitaliza, na tentativa de superar os entraves criados pelas políticas de tipo setorial (MONTENEGRO GOMÉZ, 2006, p. 59).

De acordo com Fernandes (2015, p. 10):

Nas leituras sobre o desenvolvimento e as transformações da agricultura, nos detemos nos problemas e soluções criadas pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Estas leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc.

Teixeira (2002) também contribui com essa discussão dizendo que, as políticas públicas têm como objetivo responder às necessidades, reivindicações, sobretudo dos setores excluídos da sociedade. E essas necessidades, ou seja, essas demandas são interpretadas pelos que ocupam o poder, mas influenciados por uma agenda que se cria na sociedade civil, a partir da organização e pressão social. Para Teixeira, elaborar política pública significa:

[...] definir *quem decide o quê, quando*, com que *consequências e para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, como grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é

preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público (TEIXEIRA, 2002, p. 2, grifo do autor).

Para poder analisá-las é necessário compreender o que é política pública e principalmente sua importância para o desenvolvimento rural. A política pública se configura como um tema bastante complexo e a sua definição, por conseguinte, é polissêmica. Secchi (2010) define como o enfrentamento de um problema público, ou seja, para ser uma política pública ela precisa de fato responder às demandas de um problema público.

Segundo Secchi (2010, p. 2) “[...] alguns autores e pesquisadores defendem a abordagem estatista, enquanto outros defendem abordagens multicêntricas no que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas”. Portanto, ele possui uma abordagem multicêntrica em relação às políticas públicas, por se tratar de uma abordagem que enquadra ações de organizações tanto estatais como privadas, governamentais ou não-governamentais.

Analisando o contexto histórico das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural desde sua criação é nítido que os incentivos agrícolas já faziam parte das políticas de governo, porém favorecendo apenas uma parcela de agricultores. E a política pública é de total importância para o Estado, pois a partir delas é possível solucionar os problemas públicos, sendo crucial para uma função significativa do Estado que é impulsionar o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

Conforme já mencionado, as políticas públicas voltadas ao meio rural, tinham historicamente um viés setorial, em função do papel centralizador do próprio Estado brasileiro, pois aquelas que foram destinadas ao meio rural tinham como objetivo sanar as necessidades da produção de grandes volumes, ou seja, era voltado apenas para os grandes empresários rurais.

Com as mudanças na conjuntura política, a partir da redemocratização do país, ocorreram mudanças estruturais nas políticas estatais direcionadas ao meio rural, que favoreceram a intensificação de movimentos organizados na sociedade, reivindicando a sua participação. Destacando a crise financeira do Estado brasileiro na década de 1980 e a adesão do modelo neoliberal no início dos anos 1990 e sendo importante destacar outro elemento que foi a descentralização político-administrativa, propiciado pela Constituição de 1988. Temas como “poder local, participação social, autogestão, desenvolvimento sustentável, representação e formas de organização coletiva ganharam destacada relevância no âmbito nacional” (HESPANHOL, 2008).

Desde a década de 1980, se inicia um fortalecimento e organização dos grupos sociais, pois começa a ter uma abertura política, sendo assim promovem reivindicações em prol de

melhorias e de políticas públicas de desenvolvimento rural que também incluíssem os pequenos produtores, ou seja, a agricultura camponesa. Então a partir dos anos 1990 as políticas públicas para o meio rural brasileiro passam a inserir uma abordagem territorial, incentivando a organização e participação coletiva dos beneficiários (HESPANHOL, 2008).

Conforme destacado também por Montenegro Gómez (2006, p. 59);

A política pública de desenvolvimento rural, no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1990, ganha uma abordagem explicitamente territorial com as referências ao desenvolvimento local. Busca-se incorporar às novas políticas de desenvolvimento aquelas especificidades que cada território apresenta, suas potencialidades e carências específicas e suas relações peculiares. Com isso, o desenvolvimento rural se reestrutura e se revitaliza, na tentativa de superar os entraves criados pelas políticas de tipo setorial.

É importante ressaltar que somente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, que as políticas públicas passam a ter um viés territorial, ou seja, as políticas públicas que até então possuíam um viés setorial e produtivista, passaram a englobar os agricultores camponeses, que oficialmente utilizam o termo agricultura familiar.

Sendo possível afirmar a hipótese de que “as políticas públicas para a agricultura familiar funcionam mais eficiente e eficazmente ali onde os movimentos sociais são mais atuantes e os agricultores mais organizados ” (DELGADO, 1999, p. 177).

Então, é a partir dessas ações de reivindicações que é criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que de fato é importante para a permanência dos camponeses no campo. O PAA foi criado em 2003, instituído pelo Art. 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, e está inserido no Programa Fome Zero. Tendo como objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2003).

O Programa Fome Zero foi criado em janeiro de 2003, no início do governo do presidente Lula, e compõe as diretrizes da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Uma das propostas da agenda do presidente era pôr fim à fome e à desnutrição, garantindo e tendo como prioridade que cada brasileiro teria três refeições diárias e assim poder findar a fome que atingia grande parte da população brasileira.

Conforme salienta Souza (2019) é a partir deste contexto que o Governo Federal inicia o enfrentamento da demanda para o desenvolvimento do país, vencer a fome. Para que isso fosse possível, o Presidente criou o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) que teve à frente o Ministro José Graziano da Silva.

Então em síntese, o Programa Fome Zero, foi fundado para além de combater a fome, poder sanar suas causas estruturais, ou seja, a fome não existe por falta de alimentos, mas pela falta de renda para assim poder obtê-los e essa questão é de natureza política.

Sendo assim, o Programa Fome Zero veio como forma de combater a fome e garantir Segurança Alimentar para a população brasileira. Evidencia-se que garantir Segurança Alimentar não é apenas pôr fim à fome e sim garantir uma alimentação adequada a todas as famílias, com quantidade e qualidade necessária para a manutenção da saúde da população, saúde física e mental.

O Programa Fome Zero representou uma revolução social no país, um “rearranjo” de parte significativa da estrutura social em prol da resolução de uma mazela histórica na sociedade brasileira (SOUZA, 2019).

A elaboração do Programa foi estruturada pensando na união de um conjunto de políticas públicas para alcançar o almejado, para isso envolvendo três eixos de ações: políticas estruturais (emprego e renda, alimentação, incentivo à agricultura familiar, reforma agrária); políticas específicas (ações imediatas para garantir alimentação, combatendo a desnutrição); e as políticas locais (para serem implantadas pelas prefeituras e pela sociedade civil, definidas a partir das necessidades de cada município) (BRASIL, 2010, p. 56)

No primeiro Governo Lula se destaca a grande iniciativa do Estado em financiar diferentes políticas para promover o desenvolvimento. Sendo importante dizer:

O combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais irão assumir um lugar de centralidade nessa agenda de caráter neodesenvolvimentista. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que havia sido dissolvido em 1995 pelo governo FHC, foi recriado, passando a ser responsável pela formulação de diretrizes sobre o tema. No mesmo ano foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que buscava articular o fortalecimento da agricultura familiar à implementação de programas sociais voltados às populações em insegurança alimentar, utilizando como mecanismo as compras institucionais. Em 2006, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei n. 11.346/2006) e instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (LOURENÇO, *et al.*, 2022, pg. 16).

Desta forma o PAA foi concebido para fortalecer a agricultura familiar e visa garantir o direito básico à alimentação para pessoas que se enquadram em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover a inserção do produtor familiar no mercado consumidor, sendo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) responsável pela sua operacionalização.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em um período que se buscava suprir as demandas estruturais da fome, relacionadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país – como a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o lançamento do Programa Fome Zero (do qual o PAA faz parte) e ao fortalecimento da agricultura familiar. (TRICHES; GRISA, 2015, p.13).

A partir da criação do PAA, foi colocado um novo tema na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, ou seja, a construção de mercados institucionais, priorizando a aproximação camponeses, produtores de comida, dos consumidores urbanos.

Pesquisadores vêm analisando essa nova abordagem das políticas públicas, e verificando que contribuem para promover de certo modo a autonomia do agricultor:

O PAA sinaliza para uma mudança importante na política nacional de desenvolvimento rural brasileira: concede espaço político a sujeitos que não estão ligados aos interesses comandados pelo latifúndio e agronegócio e atribui um papel importante que institucionaliza as demandas da agricultura camponesa e da soberania alimentar. Essa política tenta dar voz a outras relações sociais, sujeitos e territórios, rompendo com o centralismo e sinalizando que existe um outro modelo de desenvolvimento para o campo baseado na agricultura camponesa (VINHA; SCHIAVINATTO, 2015, p.192).

Ainda, é importante destacar que o PAA proporcionou para a agricultura camponesa a certificação da comercialização dos alimentos e produtos produzidos por eles.

Outrossim, salienta-se este caráter abrangente do programa, tendo em vista que atua em duas frentes: i) combate a insegurança alimentar, por meio da oferta de alimentos em quantidade e qualidade para entidades assistenciais e/ou educacionais, e; ii) cria mercados institucionais para que os produtos agrícolas (alimentos in natura e/ou processados) assegurem um rendimento médio que atendam as expectativas dos agricultores (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 140)

Então, a partir das ações feitas pela agenda governamental do Presidente Lula, assim que tomou posse em 2003, iniciou-se um novo tempo para as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Conforme destaca Silva; Oliveira (2019) com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), houve mudanças estruturais na inserção da agricultura camponesa aos mercados institucionais. Vale reforçar que a agricultura camponesa é oficialmente designada como agricultura familiar a partir do PRONAF.

O PAA considera dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores. De acordo com a Cartilha PAA (2012, p. 04),

Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

A partir da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. A Lei, no seu artigo 3º, define Segurança Alimentar e Nutricional, conceituando-a como: “A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

O Orçamento do PAA é proveniente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério da Cidadania (MC), sendo executado pelo MC através do termo de adesão com estados e municípios e também pela Conab (BRASIL, 2021b).

A execução do Programa pode ser feita em seis modalidades:

- Compra com doação simultânea: tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar. A modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação e nutrição e em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA.
- Compra direta da agricultura familiar: tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação.
- Apoio à Formação de Estoques: tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando a agregação de valor à produção e sustentação de preços.
- Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite: tem como finalidade contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares.
- Compra Institucional: sua finalidade é garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais, também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus

próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos.

- Aquisição de sementes: essa modalidade tem por objetivo garantir a produção de alimentos saudáveis, promover a segurança alimentar e nutricional das famílias e possibilitar a geração de renda para os agricultores familiares. Permite que a Companhia Nacional de Abastecimento Aptidão ao Pronaf (DAP Jurídica), para destinação a agricultores familiares, conforme demanda de órgãos parceiros (BRASIL, 2021b).

Para a operacionalização do Programa é importante frisar a existência de um Grupo Gestor (GGPAA) que é composto pelos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; Ministério da Educação, conforme documentos oficiais do Programa.

Esse Grupo Gestor (GGPAA) tem como objetivo principal orientar e acompanhar a execução do PAA, por meio de suas Resoluções. O GGPAA é responsável por definir a forma de funcionamento das modalidades do Programa; a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; as condições de doação dos produtos adquiridos; as condições de formação de estoques públicos; os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores; as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares; e outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA (BRASIL, 2012, p. 8).

O PAA tem como finalidade garantir que toda população tenha acesso a alimentação e que esse acesso seja em quantidade, qualidade e regularidade para assegurar que toda população tenha saúde física e mental. Possui também como propósito gerar renda no campo por meio da aquisição direta de alimentos produzidos pelos camponeses.

Para ter acesso ao Programa é necessário possuir o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), conforme explicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, o CAF, foi instituído pelo Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que por sua vez regulamenta a Lei da Agricultura Familiar, define, de forma objetiva, o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar e qualifica os empreendimentos familiares rurais. Portanto, o CAF substitui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para fins de acesso às ações e às políticas

públicas destinadas à Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e aos empreendimentos familiares rurais.

A operacionalização do Programa é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) possuindo parcerias como o município e o estado. Cabe também ressaltar, que uma das principais características do PAA é a de dispensar a necessidade de licitações.

O PAA compreende as seguintes finalidades conforme as informações contidas na Cartilha do Programa:

- a) Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- b) Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- c) Promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- d) Promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- e) Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- f) Apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e
- g) Fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

É importante evidenciar assim como destacado por Peixoto (2016) que essas finalidades surgem a partir da alteração do Art. 19 pela Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, que foi alterado novamente pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, regulamentando o Art. 19 da Lei nº 10.696, que incluiu as seguintes finalidades: h) promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e i) estimular o cooperativismo e o associativismo.

Portanto, segundo os dados da Cartilha PAA (2017) o Programa compra alimentos oriundos da agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Atuando também na constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e na formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar.

É importante ressaltar que o PAA – Compra Institucional, criado pelo Decreto nº 7.775/2012 é a modalidade que permite que órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de procedimento licitatório (BRASIL, 2017). Entretanto, o PAA vem passando por diversas mudanças desde a sua criação, e uma delas, como mencionado por Silva; Oliveira (2018) é o declínio dos valores destinados ao Programa que foi diminuindo, principalmente por dois motivos elencados pelos autores.

O primeiro refere-se à Operação “Agro fantasma”¹⁰ da Polícia Federal no estado do Paraná, colocando sob suspeição um conjunto de agricultores vinculados à Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis no município de Irati. Segundo Informações do Jornal Brasil de Fato (2020) a criminalização dos agricultores foi infundada, prova disso foi a absolvição de todos os envolvidos, após quase sete anos. Segundo a mesma reportagem, o Ministério Público não recorreu de nenhuma sentença.

O segundo motivo que os autores mencionam é que a partir de 2016, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e ascensão de Michel Temer ao poder, não somente o PAA, mas outros Programas vinculados às políticas territoriais foram sendo enfraquecidos.

O Programa foi revogado pelo Decreto nº 10.880 de 2021 que regulamenta o Programa Alimenta Brasil (PAB) instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, no Governo Jair Bolsonaro. No entanto essa Medida foi revogada novamente com o atual Governo do Presidente Lula, por meio do Decreto nº 11.476 de 6 de abril de 2023, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA (BRASIL, 2023). A Figura 6, mostra o Presidente Lula na cerimônia de lançamento do Programa de Aquisição de Alimentos, em março de 2023.

¹⁰ Em 2013, a Polícia Federal deflagrava a chamada operação Agro-Fantasma, com o objetivo de investigar supostas fraudes no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). À época, o então juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, decretou a prisão preventiva de ao menos dez agricultores de 14 municípios do Paraná. Eles ficaram presos de 60 a 90 dias, antes mesmo do processo criminal. (Brasil de Fato, 2020, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/20/agricultores-do-parana-sao-absolvidos-pela-justica-e-acusam-perseguido-de-moro>).

Figura 6: Relançamento do PAA em março de 2023



Fonte: Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/governo-recree-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: outubro de 2023.

Na Tabela 1 é possível observar a evolução do PAA em âmbito nacional, entre os anos de 2011 e 2016. Conforme destacado por Silva; Oliveira 2018, o ápice do Programa foi em 2012 e logo após se inicia o declínio com a operação “Agro fantasma” em 2013 e em 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Tabela 1: Evolução do PAA em escala nacional – 2011 a 2016

| Ano | Nº de Agricultores | Nº de Entidades | Recursos (R\$) |
|------|--------------------|-----------------|----------------|
| 2011 | 160.011 | 25.361 | 667.325.490,15 |
| 2012 | 179.386 | 29270 | 837.823.729,34 |
| 2013 | 96.533 | 12.206 | 442.703.401,85 |
| 2014 | 112.274 | 13.054 | 573.285.819,94 |
| 2015 | 95.871 | 14.065 | 555.429.848,06 |
| 2016 | 78.809 | 14.772 | 418.366.375,57 |

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)/Superintendência Regional de Goiás (SUREG/GO)/Gerência de Operações (GEOPE)/Setor de Operações Comerciais (SECOM). Orgs.: PEIXOTO, Â. M. M, 2015. Atualizado: OLIVEIRA, A. R de., 2018. Adaptado: SILVA, K. P., 2023.

Conforme dados da Conab, a modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) é a de maior volume de recursos empregados e que tem resposta mais rápida às questões de insegurança alimentar. Diz também que entre o período de 2016 e 2019 foram mais de 2.464 projetos formalizados pela Conab, entregando aproximadamente 160 mil toneladas de produtos

oriundos da agricultura familiar, que atenderam cerca de 21 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Desse modo foram empregados um total de R\$ 375 milhões durante esse período. A Tabela 2 mostra os dados de forma sintética.

Tabela 2: Desempenho do PAA Conab, CDS, entre 2016 e 2019 - Brasil

| Projetos | Valor Total (R\$) | Qtd Produto (Kg) | Estimativa de atendidos |
|----------|-------------------|------------------|-------------------------|
| 2.464 | 374.268.900 | 158.227.570 | 20.957.138 |

Fonte: Conab (2021).

De acordo com Ribeiro; Dias (2013), o PAA tem um papel mais amplo do que apenas inserir a produção camponesa a um mercado mais equitativo: ele passa a fazer parte da reprodução e do cotidiano. A partir do momento que passam a produzir os alimentos especificamente para o Programa, o cotidiano dos agricultores vai sendo alterado conforme as demandas do Programa. Tal processo, pode resultar numa sinergia, mas também pode comprometer a autonomia produtiva camponesa, por meio da alteração do seu modo de vida.

Outro importante Programa de Desenvolvimento Rural que será trabalhado na presente dissertação é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que de acordo com o que está escrito na Cartilha oficial, é um Programa vinculado ao Ministério da Educação e recebe recurso através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

O PNAE é uma das políticas alimentares mais antigas no Brasil, sendo um Programa que a partir do primeiro mandato do Governo Lula, passou a promover melhores hábitos alimentares e, assim, também incentivou a produção e o comércio local de alimentos, passando a ser fundamental na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

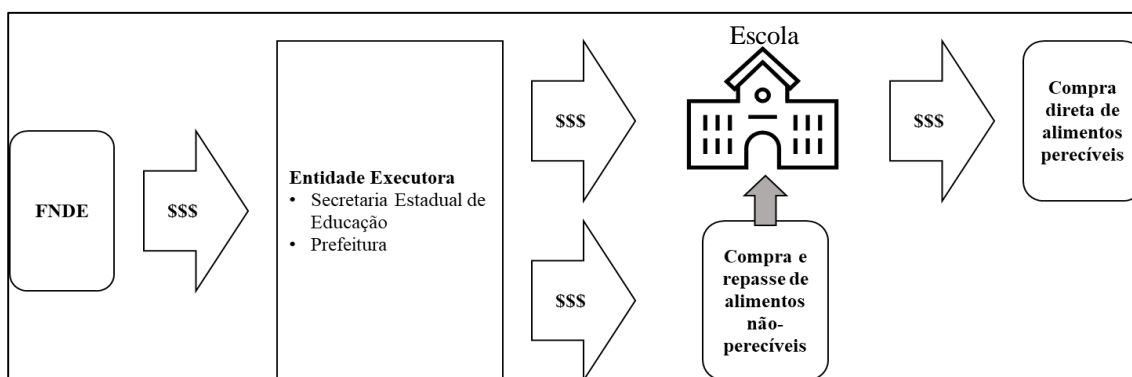
O PNAE tem sua origem no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de que o Governo Federal deveria oferecer alimentação nas escolas. Entretanto, não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros. Só na década de 1950, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um Programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública (FNDE, 2023).

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Em 1956, com a edição Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. Mas somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (FNDE, 2023).

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais. Desde a sua criação o Programa se deu de forma centralizada, contudo a partir da Lei nº 8.913, de 12/7/94 ocorreu a descentralização dos recursos para execução do Programa, passando a ser executados mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal (FNDE, 2023).

Essa descentralização é resumida em três fases diferentes, conforme Arretche (2000) e Abdala (2023): 1) Estadualização, que é caracterizada pelo repasse de recursos da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE/FNDE), para as Secretarias Estaduais de Educação. Dessa forma, os próprios órgãos poderiam adquirir os alimentos e distribuir para a sua rede escolar; 2) Municipalização, onde o convênio é realizado diretamente das prefeituras com a FAE/FNDE, para o recebimento dos recursos a fim de atender a rede municipal e estadual, caso o governo do estado concordasse; 3) Escolarização, que se constitui no repasse direto para as escolas, o que possibilita ao gestor escolar efetivar a compra dos alimentos. A Figura 7 mostra o esquema do funcionamento da gestão do PNAE na descentralização, conforme Abdala (2023).

Figura 7 – Gestão do PNAE na descentralização



Fonte: Caracterização operacional das modalidades de gestão do PNAE. Fonte: Abdala (2023).

Outra grande conquista foi a Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 que segundo o FNDE propiciou grandes avanços ao PNAE. Dentre eles, destacam-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

A partir da aprovação da Lei nº 11.947, em 2009, foi definido que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar deveriam ser utilizados na compra direta de alimentos da agricultura familiar, fortalecendo o desenvolvimento rural e consequentemente a permanência no campo, conforme destacado no artigo 14 da Lei mencionada que determina:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres (BRASIL, 2023).

Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, instituiu como diretrizes da alimentação escolar, diversos elementos, fundamentais para a política nacional de alimentação (Quadro 3).

Quadro 3: Diretrizes da alimentação escolar para execução do PNAE

| | |
|----------------------------------|--|
| Alimentação Saudável e Adequada | Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. |
| Educação Alimentar e Nutricional | Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. |
| Universalização | Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica. |

| | |
|-------------------------------|---|
| Participação social | Favorece o acompanhamento e ao controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). |
| Desenvolvimento Sustentável | Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. |
| Direito à alimentação escolar | Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. |

Fonte: Diretrizes do PNAE *BRASIL, 2009.* CARTILHA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 2015.

Dessa forma, com a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 foi instituída a obrigatoriedade aos municípios de que ao menos 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do PNAE, seja investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Ou seja, assim como o PAA, este Programa também atua em duas frentes: Segurança Alimentar e Nutricional; e Formação de Mercados Institucionais voltados à agricultura camponesa. (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 140-141).

Em 2023 com o reajuste anunciado pelo presidente Lula, o orçamento destinado para a compra da merenda passará de 4 bilhões para 5,5 bilhões (BRASIL, 2023). É importante também destacar que o PAA no governo anterior passou por mudanças, desde orçamentárias, a mudança do nome, passando a ser chamado de Programa Alimenta Brasil (PAB) em 2021, porém esse ano com a volta do presidente Lula, retornou para PAA com a Medida Provisória Nº 1.166, de 22 de março de 2023. A Medida Provisória instituiu novamente o PAA que tinha sido substituído pelo PAB.

A Tabela 3 mostra os valores *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil, para os anos referência, 2009, 2010, 2013, 2017 e o mais atualizado já para 2023.

Tabela 3 - Valores *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar

| Categorias de matrícula e valores <i>per capita</i> | 2009 | 2010 | 2013 | 2017 | 2023 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Creche | R\$ 0,22 | R\$ 0,60 | R\$ 1,00 | R\$ 1,07 | R\$1,37 |
| Pré-Escola | R\$ 0,22 | R\$ 0,30 | R\$ 0,50 | R\$ 0,53 | R\$ 0,72 |
| Escolas indígenas e quilombolas | R\$ 0,44 | R\$ 0,60 | R\$ 0,60 | R\$ 0,64 | R\$ 0,86 |
| Ensino Fundamental | R\$ 0,22 | R\$ 0,30 | R\$ 0,30 | R\$ 0,36 | R\$ 0,50 |
| Ensino Médio | R\$ 0,22 | R\$ 0,30 | R\$ 0,30 | R\$ 0,36 | R\$ 0,50 |
| Educação de Jovens e Adultos (EJA) | R\$ 0,22 | R\$ 0,30 | R\$ 0,30 | R\$ 0,32 | R\$ 0,41 |
| Programa Mais Educação / Novo Mais Educação | R\$ 0,66 | R\$ 0,90 | R\$ 0,90 | R\$ 1,07 | R\$ 1,37 |
| AEE no contraturno | - | - | R\$ 0,50 | R\$ 0,53 | R\$ 0,68 |
| Tempo Integral | - | - | R\$ 1,00 | R\$ 1,07 | R\$ 1,37 |
| Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio (Em Tempo Integral) | - | - | - | R\$ 2,00 | R\$ 2,57 |

Notas: (1) Valores fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD nº 38/2009. (2) Valores fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD nº 67/2009. (3) Valores fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD nº 26/2013. (4) Valores fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD nº 01/2017, mantidos até 2023. (5) Valores fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD nº 02/2023. **Fonte:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), Observatório da Alimentação Escolar (OAE) e Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) de 2009 a 2023. **Fonte:** Sena (2023).

Segundo os dados da Tabela 3, houve crescimento nos valores *per capita* pra todos os segmentos apresentados na tabela, com destaque para creche, Programa mais Educação e escolas em tempo integral. De acordo com Sena (2023) esses valores necessitam ser suplementados pelas prefeituras e estados, sendo um grande desafio administrativo converter um valor *per capita* tão baixo em cestas de alimentos individuais. Diante disso, cabe destacar a importância do PNAE, junto à merenda escolar, durante a pandemia da COVID-19, onde as escolas ofertavam cestas com os alimentos adquiridos via PNAE, para as famílias dos alunos matriculados, o que foi de suma importância naquele período de insegurança alimentar e outros desafios.

Portanto, o PAA e o PNAE são fundamentais para a garantia de mercado para a agricultura camponesa e na realização da segurança alimentar da população que são o público-

alvo / receptor dessas políticas públicas. E conforme destacado por Silva e Oliveira (2018 p.139) O PAA e o PNAE, “estão inseridos em um caráter recente das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil com ênfase na agricultura familiar e são políticas que possuem um contexto socioeconômico estável”.

2.2. Desenvolvimento Rural e as (Re)Existências Camponesas

Sabendo que as classes hegemônicas sempre utilizaram táticas e estratégias para assegurar, historicamente, os processos de acumulação do capital, contando com o apoio do Estado como forma de facilitador, faz-se necessário entender essa expansão do capitalismo, conforme ressaltado por Luxemburgo,

O capitalismo combate e aniquila em todas as partes a economia natural, a produção para o consumo, a combinação da agricultura com o artesanato. Necessita impor a economia de mercado para dar saída à sua própria mais-valia. A produção de mercadorias é a forma geral do capitalismo para se desenvolver (LUXEMBURGO, 1970, p. 349).

Com isso as ações feitas a partir da luta pela terra e pela produção agroecológica, são formas de (Re)Existência ao desmonte que vem sendo orquestrado pelo Estado nas políticas públicas no Brasil, após o Golpe Institucional de 2016 e intensificado com a eleição de 2018. É a partir da organização dos sujeitos excluídos, que se pode combater as ações vindas de cima para baixo, conforme Thompson (1998).

Como as classes hegemônicas possuem táticas e estratégias desde sempre, compreendemos esse retrocesso instituído a partir do Golpe de 2016 e consubstanciado pelo Governo Bolsonaro, como estratégia dos poderes hegemônicos. Assim, “[...] as ‘políticas públicas’ de cunho transformador são, estruturalmente, limitadas não apenas pelo modelo de acumulação, mas pela própria lógica do sistema político” (FONSECA, 2013, p. 408).

Além de limitadas, as políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa estão sofrendo cortes e/ou até mesmo sendo excluídas, desde 2016. Os programas criados a partir dos anos 2000, como PAA, já citados, além de outros também criados recentemente, de fato fortaleceram a produção camponesa, propondo a segurança alimentar e nutricional, propiciando geração de renda e auxiliando na permanência na terra, embora também propiciou mudanças no modo de viver. Este é o caso do PAA, segundo Ribeiro; Dias (2013, p. 86):

O Programa para as famílias camponesas, têm um papel mais amplo do que apenas inseri-las ou não num mercado mais equitativo; ele passa a fazer parte da reprodução

e do cotidiano delas. A partir do momento em que começam a produzir os alimentos para este fim, parte do tempo, do trabalho, dos aprendizados, dos recursos e da terra é consumida pelo Programa. Logo, não é apenas o aumento da renda que está em questão, pois, para se alcançar esse objetivo, corre-se o risco de mudar o modo de vida.

Pensar a (Re)Existência é resgatar os saberes, o modo tradicional de fazer, de cuidar da terra, que foi colocado como *atrasado* a partir da implementação dos pacotes tecnológicos em prol do desenvolvimento rural. Sendo assim “[...] foram vulgarizadas como incompetência, brejeirice e credence, entre outras adjetivações pejorativas” (MENDONÇA, 2004, p. 49).

Pensar em (Re)Existência é ir contra o poder hegemônico, sendo necessário resgatar as origens, buscar novamente uma organização territorial, empenhada em retomar a produção das sementes crioulas, produzir feiras de troca de sementes com outras comunidades, outros povos, para assim termos de fato uma soberania alimentar.

Assim, Altieri (2010, p. 30) destaca:

“[...] somente mudando o modelo industrial agrícola dirigido à exportação e baseado no livre comércio das grandes explorações agrícolas será possível frear a espiral descendente da pobreza, os salários baixos, a migração rural e urbana, a fome e a degradação ambiental”.

Nesta perspectiva é importante destacar o que Moura (2021, p. 64) afirma;

O Desenvolvimento Rural no Brasil passa pela discussão de ações normativas e ações intervencionistas do Estado a partir de demandas reais da sociedade. Durante muito tempo havia a ausência de uma política agrária voltada para a agricultura familiar, apesar da sua importância no contexto econômico e social. As novas políticas para o Desenvolvimento Rural passam a incluir a participação desta categoria incluindo vias políticas territoriais que consolidem a sua autonomia. Nesse sentido, é importante perceber a participação da agricultura familiar no mercado de trabalho, lhe garantindo uma inclusão produtiva, renda, no intuito da produção de alimentos e reprodução da categoria.

Para uma melhor compreensão das políticas públicas de desenvolvimento rural faz-se necessário aprofundar no conceito de desenvolvimento e conforme destaca Amaro (2017), desenvolvimento é um conceito que possui várias abordagens, como possui muitas definições, há quem acredita que seja apenas um mito e quem acredita que não passa de uma estratégia dos países denominados como grandes potências e aindaos que acreditam que é um conceito que está em constante mudança.

Seja como for o conceito de desenvolvimento desde o início que tomou como referência, para a sua formulação e conteúdo, a experiência histórica dos países

européus considerados desenvolvidos, no âmbito das chamadas sociedades industriais, entendendo-se como «boas práticas» as suas evoluções, a caminho de uma sociedade da abundância, durante os cerca de 200 anos que tinham decorrido entre os finais do século XVIII (início da Revolução Industrial) e a Segunda Guerra Mundial (AMARO, 2003, p. 42).

Sendo assim, o conceito de desenvolvimento só alcançou validação científica e política após a Segunda Guerra Mundial. É um conceito eurocêntrico, conforme destacado por Amaro (2003, p. 42), pois possui mascarado no discurso de progresso, outras questões, como a apropriação dos países oriundos do Sul global pelos países do Norte global.

Conforme destacado por Montenegro Gómez (2002, p. 2):

Em 1949, no seu discurso inaugural como Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman utiliza, pela primeira vez, o termo “áreas subdesenvolvidas”. Este fato pode se considerar como a largada da corrida desenvolvimentista. Os Estados Unidos assumiram a tarefa de promover o progresso industrial em outros países, melhorando o padrão de vida de suas populações, na tentativa de promover o desenvolvimento como uma forma de assegurar a paz. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos conseguiam assegurar-se, com esta estratégia, a iniciativa econômica e política na nova ordem internacional que ia se formando.

Após o discurso do Truman (EUA) se intensifica ainda mais essa apropriação, os países do Sul global são classificados como subdesenvolvidos por se tratar de países segundo ele, que estão em busca do progresso e da civilização, quando na verdade não passa de uma estratégia de dominação.

Sendo assim, o conceito de desenvolvimento causou várias definições por ser um conceito que ganha espaço muito rápido, sendo empregado nos discursos das grandes potências, como instrumento do processo de acumulação, fortificado pelo discurso de progresso e civilização.

Como enfatizado por Oliveira (2010, p. 72);

[...] o conceito de desenvolvimento atravessa o séc. XX adquirindo múltiplas derivações, sendo apropriado por órgãos governamentais, agências multilaterais, organizações não-governamentais, movimentos sociais com posicionamentos políticos conservadores e revolucionários.

Por sua vez, o conceito de desenvolvimento vai ser utilizado pelo Estado como forma de justificar as ações feitas na sociedade, na economia em prol do progresso, do crescimento econômico. Fazendo com que o conceito seja visto como uma referência de um objetivo a ser atingido, como a busca pelo bem-estar, sobretudo entre os países, pensando na construção de elo, uma paz no pós-guerra.

Dessa forma, conforme evidencia Moura (2021, p. 39) “[...] o conceito de desenvolvimento sempre foi visto do ponto de vista do crescimento econômico, mas, a partir dos anos 1950 ou pós-guerra, foi direcionado o desenvolvimento ao aspecto social”.

E segundo Navarro (2001, p. 88) desenvolvimento rural tem a seguinte definição:

[...] trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. Em consequência, o Estado nacional – ou seus níveis subnacionais – sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal. Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado funda-se para tanto em uma estratégia pré estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural.

Portanto, Navarro (2001) afirma que a definição de desenvolvimento rural, tem variado ao longo do tempo, destacando que normalmente nenhuma das propostas deixam de destacar como ponto central a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento. Sendo assim, ele evidencia também que:

Desenvolvimento rural, portanto, pode ser analisado a posteriori, neste caso referindo-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) visando a alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos. Mas pode se referir também à elaboração de uma “ação prática” para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro (assim, existiriam diversas metodologias de construção de tal estratégia, bem como um amplo debate sobre seus objetivos e prioridades principais) (NAVARRO, 2001, p. 88).

Ao pensar o conceito como estratégia, faz-se necessário perceber a lógica que está por detrás das ações feitas pelo Estado, mas que está arquitetada por uma lógica maior, a do capital, como ressalta Montenegro Gómez (2006, p. 27):

O desenvolvimento como estratégia, ao mesmo tempo, de reprodução do capital e de controle social, que, segundo o discurso oficial, serviria para consertar os transtornos temporais provocados pela dinâmica natural do sistema, permitindo que os pobres (subdesenvolvidos) possam desfrutar, num futuro muito próximo, das benesses que os ricos (desenvolvidos) já desfrutam.

É necessário compreender que quando se fala de uma estratégia, existe uma lógica inerente que, sobretudo, é constituída pelas classes hegemônicas e respaldada pelo Estado. É preciso compreender conforme salienta Poulantzas (1980, p.160) que “[...] o Estado não é um

bloco monolítico, mas um campo estratégico”, ou seja, o Estado é cercado pelas contradições de classe existentes, porém possui o papel de organizar os interesses das classes dominantes.

[..] entender o Estado como uma condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como um campo e um processo estratégico, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros (POULANTZAS, 1980, p. 157).

Conforme destacado por Nascimento; Mauro; Mendonça (2017, p. 69) “[...] no Brasil a modernização foi imposta de maneira vertical e autoritária – e continua sendo reproduzida desta maneira a partir de demandas internacionais”. Essas reflexões afirmam a estratégia por detrás do interesse da reprodução do capital.

Sendo importante frisar que no Brasil, após a década de 1960, inicia-se um processo conhecido como Revolução Verde, já mencionado anteriormente, que implementou pacotes tecnológicos na agricultura, com um discurso de que assim iriam produzir mais alimentos e acabar com a fome mundial.

Entendendo que a cooperação do Estado é crucial para esse desenvolvimento, visto que, é por intermédio das intervenções feitas pelas políticas públicas que o agronegócio se amplia para as áreas de Cerrado e se territorializa no Tocantins, especificamente, em Porto Nacional, conforme informações e dados no *site* do Governo Tocantinense sobre a 23ª edição da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins (Agrotins 2023)¹¹.

É nesse contexto de expansão do agronegócio e no enfrentamento político às suas ações que se constitui as poucas políticas públicas para o campo brasileiro. Assim, as políticas criadas a partir desse discurso de progresso vão viabilizar ainda mais os interesses dos grandes produtores/empresários rurais e abrir as fronteiras para que as corporações capitalistas sediadas nos países hegemônicos possam se territorializar nos territórios cerradeiros.

Assim como destaca Montenegro Gómez (2006, p. 41):

Os discursos e as práticas do desenvolvimento levam meio século oferecendo às áreas denominadas de subdesenvolvidas, instrumentos para reestruturarem seu espaço produtivo, enchendo os lugares de equipamentos (barragens, estradas, escolas...), para torná-los mais eficientes e supostamente desenvolvidos, modificando as paisagens, para normalizá-las dentro de um padrão ocidental de progresso. Enfim, os impactos

¹¹ A Agrotins 2023 ocorrerá de 16 a 20 de maio no Parque Agrotecnológico Engenheiro Agrônomo Mauro Medanha, em Palmas, na saída para Porto Nacional, com o tema *Compliance no Agro*. O Governo do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagro), estima que o volume de negócios este ano supere a marca de R\$ 2,5 bilhões e 180 mil pessoas visitem a Feira nos cinco dias de evento. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/com-menos-de-15-dias-para-abertura-agrotins-2023-tem-quase-100-de-ocupacao-e-deve-movimentar-mais-de-r-25-bilhoes/5qkfwfjgpern>

territoriais são tão importantes e intensos como outros impactos provocados pelo desenvolvimento (econômicos, sociais, políticos ou culturais).

É importante frisar, conforme evidencia Albuquerque (2019, p. 73): “Os megaprojetos apropriam-se de recursos naturais e humanos e não contribuem em praticamente nada para a redução de desigualdades econômicas e sociais entre as populações atingidas”. Dessa forma, faz-se necessário reivindicar a partir de movimentos sociais, para impedir ou amenizar os danos causados por esses megaprojetos que são instituídos em prol do desenvolvimento.

Como exemplo de megaprojetos instituídos tem-se a Usina Hidrelétrica de Lajeado e, é necessário salientar a relação entre a produção energética e a expansão das corporações capitalistas. Os investimentos na região fazem parte de um vigoroso circuito capitalista de produção que se territorializa no campo, sendo uma das faces da reestruturação produtiva promovida pelo capitalismo (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008).

É importante destacar que a luta contra esses grandes empreendimentos, conforme Foschiera (2009, p. 31) persiste e expressa as (Re)Existências. “[...] o questionamento e ações de resistência frente à construção destes empreendimentos se deram, de forma mais incisiva, a partir da segunda metade da década de 1970, do século XX”.

Para poder analisar as ações feitas pelos camponeses para (Re)Existirem aos ataques sofridos, diariamente, pelos avanços da fronteira agrícola, enraizada pelo agrohidronegócio, que relaciona-se ao conjunto de ações que envolve o modelo produtivo do agronegócio, junto com a territorialização do capital, que se apropria da terra, da água, do trabalho, precarizando-o, causando a expulsão das populações camponesas, tradicionais e originárias de seus territórios. Dessa forma, é que compreendemos a importância das políticas públicas como uma *ferramenta* de (Re)Existência para permanecerem na *terra de trabalho*.

Assim, as políticas públicas, principalmente as que surgem a partir dos anos 1990, com as reivindicações dos povos do campo, dos movimentos sociais, ou seja, a partir da luta dos sujeitos que, historicamente, foram excluídos, fazem surgir um novo desenvolvimento rural, aquele que engloba não somente uma parcela do campo que eram os grandes empresários rurais, mas também, a agricultura camponesa.

Dessa forma, podemos afirmar que as ações de (Re)Existência dos sujeitos do campo são fundamentais para romper o domínio das corporações da agricultura capitalista que controlaram por muitos anos as políticas de desenvolvimento da agricultura. “Somente no final da última década do século XX e na primeira década deste século, os movimentos camponeses

conseguiram influenciar os governos para criação de planos e políticas públicas” (FERNANDES, 2015, p. 385).

No próximo capítulo apresentamos o processo e os desafios de implantação dos Programas PAA e PNAE no Reassentamento São Francisco de Assis.



“Tudo indica ser necessário rompermos o eurocentrismo que comanda nossas leituras colonizadas e, quem sabe, se torne possível ver que, em meio às trevas, há luz. E, para isso, é necessário que descolonizemos nossas mentes/nossas práticas (**Carlos Walter Porto-Gonçalves**)

3. DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAA E PNAE E AS (RE)EXISTÊNCIAS NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (TO)

A partir da contextualização feita sobre as políticas públicas, com ênfase no desenvolvimento rural e análise dos Programas PAA e PNAE, nesta Seção objetiva-se demonstrar o processo de enfraquecimento destas políticas públicas, que se inicia desde o *impeachment* da Presidenta Dilma e se estende no governo do Presidente Bolsonaro. Foram destacadas as principais ações realizadas pela Comunidade do Reassentamento para (Re)Existir e assim permanecer no território.

Diante disso, a última Seção da Dissertação, apresenta em seu primeiro item, uma discussão sobre a o acelerado desmonte das políticas públicas de desenvolvimento rural nos últimos anos, trazendo dados sobre Porto Nacional e o estado do Tocantins. O segundo item traz elementos teóricos e empíricos das principais (Re)Existências apresentadas nas entrevistas realizadas aos camponeses do reassentamento São Francisco de Assis.

3.1 Desmonte das Políticas de Desenvolvimento Rural (PAA e PNAE) e suas Repercussões em Porto Nacional e Tocantins

Para falar sobre o desmonte e retrocessos das políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento rural, construídas para atender a parcela da sociedade que, historicamente, esteve ausente da agenda da política voltada o campo, é necessário analisar o processo de implementação das políticas até o seu declínio, iniciado após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

O Programa PAA se constitui como umas das políticas públicas que mais beneficiou a agricultura camponesa, uma vez que, sua implementação garante a permanência das famílias camponesas no campo. Tanto o PAA quanto o Pronaf e PNAE são Programas que superam as políticas públicas de viés setorial e produtivista, que atendem apenas os setores produtivos com maior poder econômico, como é o caso do dos latifundiários.

Outro elemento importante do Programa é o reconhecimento dos agricultores familiares – camponeses – como uma categoria política importante para o desenvolvimento rural do país. Portanto, estes Programas são conquistas camponesas e evidenciam a materialização das ações coletivas desses sujeitos sociais, resultado de suas lutas políticas, como destacado por José de Souza Martins em sua obra “Os camponeses e a política no Brasil”:

Os termos camponês e latifundiário, são palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, não são meras palavras, estão enraizadas numa concepção da história das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. A palavra camponês designa o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico no campo em contraposição a provação ou a cidade, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22-23)

Ao compreendermos a potencialidade do PAA para a permanência de milhares de famílias camponesas no campo, compreende-se também porque este foi o Programa mais afetado pelo corte orçamentário no Governo de Jair Bolsonaro. Dito isso, vale ressaltar que, o campo brasileiro, especialmente os Cerrados tocantinenses estão em disputa acirrada com os setores do agrohídronegócio e as populações tradicionais (camponeses, quilombolas, indígenas), por isso, não é importante para alguns grupos políticos o fortalecimento das Comunidades Camponesas. O processo de desmonte das políticas públicas, teve como marco inicial a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário em 2016, que foi convertido de Ministério para apenas Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil do Governo Federal.

A extinção do MDA em 2016, passando a ser a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), resultou em queda orçamentária e restringiu ainda mais o papel deste órgão no programa, ficando responsável apenas pela execução da modalidade formação de estoque (Brasil, 2016). Em 2019, a Sead perdeu o status de secretaria especial, passando a se chamar Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo lotada no Mapa. A extinção do MDA, e depois da Sead, é também reflexo da perda de prioridade da agenda voltada à agricultura familiar no âmbito do governo federal, o que resultou em um enfraquecimento das políticas públicas voltadas a este segmento em geral; entre elas, o PAA (PERIN, et al., 2021, p. 37).

O desmonte das políticas públicas são processos de mudanças, desestruturação ou exclusão de programas, de políticas que, segundo os autores Leite *et al* (2023, p. 386) promover reformulações com o intuito de impedir o acesso dos camponeses aos recursos públicos. Para tanto foram criando as condições e “[...] envolvendo a diminuição, decréscimo, remoção, ou mesmo a completa substituição de programas e ações de políticas públicas previamente existentes, em áreas diversas como saúde, meio ambiente, cultura, assistência social, entre outras”.

Os autores Leite *et al* (2023, p. 398) apontam que os eventos de desmonte se desdobraram em três linhas:

1) O desmonte da capacidade estatal do MDA: como demonstraram Medeiros; Grisa (2019); a redução da estrutura administrativa e de recursos humanos do MDA; os cortes de suas

capacidades burocráticas, democrática e de coordenação política pelas mãos de Michel Temer, que significaram o desmonte de sua capacidade para a formulação e implementação de políticas.

2) A fragilização da participação da sociedade civil: inicialmente as arenas públicas envolvidas com as políticas para a agricultura familiar ficaram sem direção quanto ao destino das políticas com as quais lidavam e, posteriormente, as próprias arenas foram objeto de desmonte (caso do Consea e dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento).

3) A redução e o recuo das políticas: diante disso, foi dado início a um processo acelerado de redução e mesmo de recuo das políticas agrícolas para o campesinato brasileiro, de desenvolvimento territorial e de SAN que estavam direcionadas para a agricultura familiar naquele ano.

Os autores, Grisa, et al (2023) reforçam que, ao passo que, as políticas públicas foram sendo desmontadas, os espaços de participação social, que tinham o papel de acompanhar a implementação das políticas, foram destituídos, afastando a sociedade da coparticipação da gestão das políticas:

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até aproximadamente o ano de 2016, havia dois processos importantes relacionados à expansão de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. O primeiro correspondeu ao reconhecimento, formalização e estímulo à participação social na construção, execução e acompanhamento das políticas públicas, inspirando iniciativas como os Orçamentos Participativos (OPs), executados em diferentes municípios brasileiros, e os conselhos de políticas públicas de âmbito nacional que surgiram nesse período. O segundo processo, por sua vez, resultado do anterior, referiu-se ao desenvolvimento, à diversificação e a uma maior heterogeneidade das políticas para a agricultura familiar, o que levou à constituição de um quadro complexo, preenchido por políticas agrícolas, agrárias, de desenvolvimento territorial rural, de segurança alimentar e nutricional, e mesmo aquelas de caráter ambiental (GRISA, *et al*, 2023, p. 18).

A partir disso, é importante considerar que, o *impeachment* não foi só um golpe contra a presidenta Dilma, foi também um golpe contra a agenda das políticas sociais. O desmonte por meio dos Decretos tinham como alvo os programas instituídos a partir de 2003, criados ou fortalecidos pelos governos do PT.

O decreto de 8 de outubro de 2003, que instituiu o Condraf, foi revogado pelo Decreto no 8.735, de 3 de maio de 2016. Este, por sua vez, foi também revogado pelo Decreto no 9.186, de 1 de novembro de 2017. Até então, essas duas medidas implicaram apenas na reorganização de atribuições já previstas para o conselho, de modo a mantê-lo sob controle, mas sem muita direção. No período Bolsonaroista, o ataque às instituições participativas transformou-se em meta de governo, momento em que o desmonte das instituições de participação social, seja pela extinção, seja pela desvalorização desses espaços, tornou-se mais evidente (LEITE, *et al.*, 2023, p. 399).

Após o retrocesso já instalado pelo presidente Michel Temer, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, o processo de desmonte foi ainda mais impulsionado. Um marco foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), por meio da medida provisória 870¹², em janeiro de 2019, deixando evidente seu posicionamento, ou seja, que em seu Governo, tanto a agricultura familiar, quanto a segurança alimentar e nutricional do país não seriam prioridades.

Vale ressaltar que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O Consea é um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do Sisan. (BRASIL, 2017).

Sendo assim, como afirma Teixeira (2023) a partir do impeachment de Dilma se inicia um processo articulado de retrocessos.

Com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 deu início a um processo de retrocesso e desarticulação das políticas públicas. Programas importantes para agricultura familiar sofreram cortes orçamentários, o que dificultou a execução e continuidade. A eleição de 2018 trouxe o viés socialmente conservador e ultraliberal para agenda política intensificando o processo de “desmonte” e enfraquecimento institucional acompanhado por uma menor intervenção do Estado, fragilizando políticas e programas sociais estruturantes para promoção do desenvolvimento rural (TEIXEIRA, 2023, p. 3).

Isto posto, pode-se afirmar que esse processo de retrocesso foi de certo modo orquestrado e conforme ainda afirma Teixeira (2023) num contexto de Pandemia¹³ e de aumento crescente da fome¹⁴ e da situação de vulnerabilidade nutricional.

¹² Ao colocar o pé no Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro sinalizou a disposição em relação às políticas de segurança alimentar e nutricional por meio da Medida Provisória 870. Com uma canetada, **extinguiu o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>

¹³ [...] a pandemia provocou um aumento da parcela da população brasileira que vive em insegurança alimentar (que não teve condições de se alimentar ou prover alimento à sua família). Segundo pesquisa da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Social, em 2019, 30% dos brasileiros viviam em insegurança alimentar – índice que subiu para 36% em 2021. E, na população mais pobre, o impacto foi ainda maior: nos 20% mais pobres, o percentual subiu de 53% em 2019 para 75% em 2021. Disponível em: [https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/agora-e-lei-politica-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-aprovada-na-camara-atendera-populacao-em-situacao-de-vulnerabilidade-social/#:~:text=Segundo%20pesquisa%20da%20FGV%20\(Funda%C3%A7%C3%A3o,2019%20para%2075%25%20em%202021.](https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/agora-e-lei-politica-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-aprovada-na-camara-atendera-populacao-em-situacao-de-vulnerabilidade-social/#:~:text=Segundo%20pesquisa%20da%20FGV%20(Funda%C3%A7%C3%A3o,2019%20para%2075%25%20em%202021.)

¹⁴ A fome e a insegurança alimentar avançam em todo o Brasil. O número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões de pessoas). São 14 milhões de novos brasileiros/as em situação de fome em pouco mais de um ano. A continuidade do desmonte de políticas públicas,

A agenda governamental em momento algum priorizou políticas públicas para agricultura familiar e camponesa, pelo contrário intensificou o processo de desmantelamento e se omitiu no enfrentamento a pandemia. A paralisação da comercialização e a diminuição da renda dos agricultores familiares tornam imperativas a criação e inovação de políticas públicas e fortalecimento das já existentes como o PAA e PNAE, para superar os problemas de curto, médio e longo prazo. Contudo, o governo federal não apresentou um plano estruturado para agricultura familiar de enfrentamento da pandemia, o Plano Agrícola e Pecuário contou com ações insuficientes para os problemas existentes (TEIXEIRA, 2023, p. 128).

A eleição do Presidente Lula em 2003 possibilitou a ampliação da participação da sociedade na reconstrução de políticas públicas. Sendo inclusive, um marco importante para a definição de estratégias de desenvolvimento territorial de regiões rurais, extremamente pobres, como o sul do Piauí, norte do Tocantins e sul do Maranhão, por meio dos Territórios da Cidadania vinculado ao MDA e MDS.

A retomada da participação social na definição e monitoramento da implementação das políticas públicas, possibilita que os sujeitos beneficiários e suas representações, contribuam para potencializar, uma vez que, são eles que possuem a dimensão espacial, são eles que conhecem o contexto onde a política deve ser executada, por isso a importância de entender a aplicabilidade dos programas como PAA e outros, pois programas como esse passam a ser uma garantia de mercado consumidor para aqueles produtores.

É reconhecido o potencial da agricultura familiar de intensificarem e diversificar a economia local, partindo do pressuposto de que os camponeses produtores moram onde produzem, são produtores e consumidores ao mesmo tempo. Portanto, as políticas públicas são fundamentais para democratizar a geração de renda, através de projetos de desenvolvimento territorial.

Portanto pensar o desenvolvimento rural, significa partir do pressuposto que ele se reestrutura também a partir do momento que esses produtores, agricultores familiares se organizam por meio de associações, cooperativas ou grupos informais, facilitando o acesso às políticas públicas.

Sobre o PNAE, especificamente no Estado do Tocantins, os dados demonstram os repasses financeiros entre o período de 2010 a 2022, destacando o valor total deste Estado e do

a piora na crise econômica, o aumento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia da Covid-19 mantiveram mais da metade (58,7%) da população brasileira em insegurança alimentar, nos mais variados níveis de gravidade. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>

Município de Porto Nacional, onde está localizado o Reassentamento São Francisco de Assis (Tabela 4).

Tabela 4: Repasse Financeiro - PNAE (2010 a 2022) no estado do Tocantins e no Município de Porto Nacional (TO).

| Repasse Financeiro PNAE - 2010 a 2022 | | |
|--|-------------------|-----------------------|
| Ano | Tocantins | Porto Nacional |
| 2010 | R\$ 23.689.211,20 | R\$ 217.680,00 |
| 2011 | R\$ 26.029.836,00 | R\$ 245.580,00 |
| 2012 | R\$ 31.151.658,00 | R\$ 313.704,00 |
| 2013 | R\$ 36.725.613,60 | R\$ 653.744,00 |
| 2014 | R\$ 38.856.214,00 | R\$ 496.668,00 |
| 2015 | R\$ 39.651.722,00 | R\$ 646.988,00 |
| 2016 | R\$ 39.866.237,69 | R\$ 653.340,00 |
| 2017 | R\$ 42.317.241,21 | R\$ 689.563,60 |
| 2018 | R\$ 44.473.476,00 | R\$ 678.576,00 |
| 2019 | R\$ 41.758.087,03 | R\$ 683.596,00 |
| 2020 | R\$ 44.428.150,88 | R\$ 797.676,00 |
| 2021 | R\$ 42.256.236,60 | R\$ 804.067,00 |
| 2022 | R\$ 38.761.219,48 | R\$ 602.773,20 |

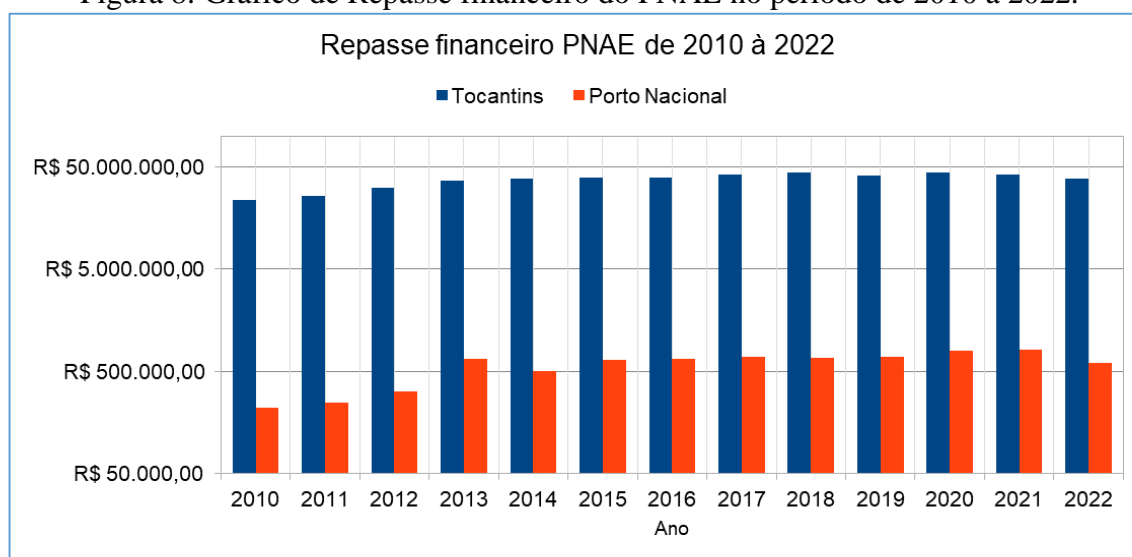
Fonte: FNDE (2023).

A Tabela 4 mostra os dados de repasse do PNAE para o período de 2010 a 2022, para o Estado do Tocantins e para o Município de Porto Nacional. Por meio da Tabela, observa-se que há um crescimento nos repasses para Tocantins entre 2010 a 2018. No ano 2019, observa-se uma queda, que coincide com o primeiro ano do mandato do Presidente Bolsonaro. Em 2021 e 2022, anos de Pandemia da Covid-19, observa-se queda nestes valores. Para o município de Porto Nacional, verifica-se que o repasse cresceu ao longo do período analisado e se manteve mais estável se comparado ao Estado do Tocantins.

Entretanto os repasses não significam que os recursos tenham sido investidos na aquisição de alimentos oriundos dos camponeses (agricultura familiar¹⁵), uma vez que, essa situação ficou a cargo dos municípios e estes, em acordo com diversas injunções, criaram ou não, as condições adequadas para a participação das populações tradicionais beneficiárias da legislação em vigor.

A Figura 8 demonstra estes valores. Todavia outra observação necessária é que o crescente número de estudantes na rede pública exige o aumento dos repasses no conjunto das operações financeiras, não permitindo dizer que o aumento dos repasses tenha, também significado aumento na aquisição de alimentos produzidos pelos camponeses e similares.

Figura 8: Gráfico de Repasse financeiro do PNAE no período de 2010 a 2022.



Fonte: FNDE, 2023. Organização: Silva (2023)

A Tabela 5 mostra os valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar para o PNAE, no município de Porto Nacional (TO), entre os anos de 2011 a 2019. Entretanto, não temos o montante de recursos (em moeda) investidos

¹⁵ A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. Segundo a Constituição brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais*; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural. Disponível em: https://neaf.jatai.ufg.br/p/7164-o-que-e-agricultura-familiar#:~:text=Segundo%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%2C%20materializada,*%3B%20utilizar%20predominantemente%20m%C3%A3o%20de

e, assim, não se sabe o quantitativo de valores que foram disponibilizados aos camponeses. Observa-se apenas que no conjunto das operações realizadas, o Município de Porto Nacional não atingiu a meta de adquirir o mínimo de 30% dos alimentos usados na merenda escolar da agricultura familiar.

Tabela 5: Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE - Porto Nacional (TO) / 2011 a 2019

| Ano | Valor transferido | Valor aquisições da agricultura familiar | Percentual |
|------------|--------------------------|---|-------------------|
| 2011 | R\$ 245.580,00 | R\$ 44.046,55 | 17,94% |
| 2012 | R\$ 313.704,00 | R\$ 53.635,05 | 17,10% |
| 2013 | R\$ 653.744,00 | R\$ 51.941,53 | 8% |
| 2014 | R\$ 396.024,00 | R\$ 146.539,48 | 37% |
| 2015 | R\$ 682.842,00 | R\$ 87.371,07 | 13% |
| 2016 | R\$ 629.212,34 | R\$ 102.728,55 | 16,33% |
| 2017 | R\$ 689.563,60 | R\$ 149.167,80 | 21,63% |
| 2018 | R\$ 678.576,00 | R\$ 234.363,70 | 34,54 % |
| 2019 | R\$ 683.596,00 | R\$ 229.959,36 | 33,6 % |

Fonte: FNDE, (2023). Organização: Silva (2023)

De acordo com os dados da Tabela 5, o percentual de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar só alcançou o mínimo de 30% nos anos de 2014, 2018 e 2019. Ressalta-se que, conforme a Lei nº 11.947/2009, é definido que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, sejam utilizados na compra direta de alimentos da agricultura familiar.

3.2 Os desafios e as (Re)Existências no Reassentamento São Francisco de Assis (TO)

O Reassentamento São Francisco de Assis tem sua formação composta por atos de (Re)Existência. Desde o início da construção da UHE de Lajeado, com os boatos de expulsão e o medo da perda do território de origem, a famílias foram sendo forçadas nas lutas diárias, pois estes que hoje são reconhecidos como atingidos por barragens, antes da construção da

UHE, não sabiam o significado do tamanho do desafio para se manterem em seus territórios. A conquista do novo território de vida e trabalho, foi um processo longo e precisaram reconstruir suas identidades com o território para o qual foram realocados, ou seja, os reassentamentos.

Desde as políticas de compensação para os reassentamentos, os programas e políticas públicas que discutimos nesta pesquisa, entre outras, contribuíram e contribuem para que haja desenvolvimento rural, mas, sobretudo também contribui com a permanência da agricultura camponesa. Observando a realidade do Reassentamento São Francisco de Assis, pode-se dizer que eles (Re)Existem desde o início, desde quando souberam da construção da UHE de Lajeado.

As (Re)Existências tomavam forma espacial mediante as ações políticas (reuniões, conversas, preocupações com o futuro), mas também pelas estratégias construídas diante do medo em perder os territórios e, assim, buscaram apoios diversos permeados pelo desejo de permanecerem em seus lugares de pertencimento. Após a construção do Reassentamento que expressa resultados da luta política passaram a enfrentar o desafio de reconstruir suas vidas noutro território.

Em entrevista informal com alguns moradores do Reassentamento é notório em suas falas a falta de auxílio das autoridades governamentais na permanência nos programas, pois existem burocracias que são necessárias, mas que acabam dificultando a permanência ou o acesso aos Programas como PAA e PNAE, por falta de recursos, de estruturas que são fundamentais para atender as demandas colocadas para se adequarem às normas empregadas.

Conforme destacado por um dos moradores, Senhor R., do Reassentamento São Francisco de Assis, que expôs uma visão panorâmica do desmonte das políticas públicas na localidade, a partir de sua visão de mundo.

A Comunidade começou a sentir a partir do *impeachment* da presidente Dilma, não de forma clara, mas de forma de afogar os programas em cortes de recursos. No Reassentamento boa parte dos reassentados produzem farinha, mexem com criação de pequenos animais como porco, galinha caipira, polpas. Com a mudança de Governo em 2016, houve muitas mudanças com os reajustes feitos, como, aumento nas tarifas da energia, que por sua vez contribuiu para o aumento de custo da produção e isso dificultou para que o Programa fizesse aquisição, o custo para criação de frango aumentou e assim conseqüentemente o valor para venda também, tornando inviável para o Programa fazer aquisição devido ao aumento do custo de produção (Sr. R. - reassentado. Entrevista *online*, realizada em 11/08/2023).

A partir desse relato podemos observar que houve um enfraquecimento da participação da Comunidade nos Programas, pois com as dificuldades mencionadas acarretaram o afastamento de reassentados nas vendas para o Programa e, conseqüentemente, foi-se perdendo

o vínculo com a Cooperativa, conforme mencionado pelo Senhor R. em entrevista online (11/08/2023).

Participava do PNAE via cooperativa (Cooprato) e o PAA no Estado é chamado de compra direta. Eu e muitos pararam de participar e comercializar para o PAA e PNAE pela exigência de selo, justamente na época da desestruturação das políticas públicas, pois não tínhamos condições de nos adequar às exigências dos programas, pois precisaria de muitos recursos financeiros.

Diante do exposto na entrevista, o Sr. R, mencionou que as polpas de frutas eram seu principal produto para o PNAE (Figura 9). Entretanto, não está mais participando da Cooperativa, em função de muitos gargalos, destacadamente, a falta de estrutura adequada e suporte técnico para assegurar a produção e a comercialização dos produtos.

As dificuldades surgiram no contexto em que as políticas públicas começam a enfrentar a desestruturação, dificultando ainda mais o acesso, devido à falta de recursos financeiros e estrutura para se adequar às exigências.

Figura 9: Produção de polpa de cajá no Reassentamento São Francisco de Assis – Porto Nacional/TO



Fonte: Fotos cedidas pelo Sr. R (setembro de 2023).

Segundo o relato do Sr. R., as burocracias são necessárias, porém sem um auxílio do Governo não conseguem se ajustar às demandas empregadas e acabam optando por não participar e, assim consequentemente, afastam-se da Cooperativa, o que dificulta, para grande

parte dos reassentados, a comercialização da produção. O Sr. R. destacou também em entrevista:

Especificamente falando do PNAE, não houve aumento no percentual destinado para merenda escolar, que é o recurso *per capita* por aluno. Era um dos programas que mais atendiam a agricultura familiar, a compra e sendo assim, tem uma particularidade, pois o custo de produção aumentou, mas o valor do percentual *per capita* não aumentou, o que permitiu que as escolas comprassem menos, pois além do recurso ser menor, tiveram que readequar, pois se não fechava o caixa, tudo isso dificultou a comercialização e andamento da agricultura familiar (Sr. R. - reassentado. Entrevista *online*, realizada em 11/08/2023).

Deste modo, ao analisar as falas dos entrevistados, percebemos que o que mais se destaca é a falta de apoio em relação a obterem uma melhor estrutura desde a produção à comercialização. Destacaram que a Prefeitura tinha disponibilizado um ônibus que auxiliava o transporte para as vendas nas feiras, mas que perderam esse apoio. Desse modo, só vão às feiras as pessoas que possuem veículo e a outra forma de comercializar é a partir dos atravessadores que vão ao Reassentamento comprar os produtos.

Durante as entrevistas realizadas com o Sr. R., foram relatadas muitas experiências e ações que demonstram as (Re)Existências construídas por estes sujeitos. Segundo ele, (Re)Existir possui uma relação direta com a organização política e social da Comunidade. A constituição da Cooperativa (Cooprato) foi de suma importância para a inserção dos produtos no mercado consumidor de Palmas e Porto Nacional. Por meio da Cooperativa, também foi possível estabelecer relações de comercialização com supermercados da região, bem como com a Secretaria Estadual de Educação para acessar as políticas públicas.

A Figura 10, mostra algumas fotografias do Reassentamento durante atividades de plantio, colheita e produção de farinha, realizado coletivamente, com a participação de adultos e crianças, o que demonstra uma ação de (Re)Existência, assim como de ensinamentos às crianças sobre a importância da luta pela terra e a permanência nela, passados de geração em geração.

Figura 10: Atividades coletivas de plantio, colheita e beneficiamento de mandioca no Reassentamento São Francisco de Assis – Porto Nacional/TO



Fonte: Fotos cedidas pelo Sr. R (setembro de 2023).

O Sr. R., ainda relatou que uma das ações realizadas no Reassentamento que também é uma forma de (Re)Existência foi a implementação do Programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). Esse Programa se constitui em hortas (tipo mandala¹⁶), bem como ao incentivo para a criação de pequenos animais, como galinhas (frango caipira melhorado) para auxiliar na renda familiar.

Segundo Foschiera; Andrade (2020), o Programa PAIS é uma tecnologia social que possui técnicas e processos de baixo custo, o que torna acessível para os pequenos agricultores,

¹⁶ A horta mandala é baseada no sistema solar e possui uma estrutura de produção que se expande em círculos concêntricos com cultivo de diferentes plantas e animais. Proporciona alimento para a família do agricultor além de gerar excedentes para comercialização, sendo fator importante para segurança alimentar. Esse sistema de produção tem apresentado excelentes resultados econômicos e sociais, e é adequado para pequenos produtores rurais e projetos de hortas urbanas. A **horta mandala** caracteriza-se por ter centro circular, que pode ser constituído de um reservatório de água ou galinheiro, e em volta dele são construídos canteiros seguindo este formato. Disponível em: <https://www.manejebem.com.br/publicacao/novidades/construcao-de-horta-mandala-uma-alternativa-sustentavel-para-a-agricultura-familiar-e-agricultura-urbana>

sendo realizado no Reassentamento em questão, numa parceria entre a Fundação Banco do Brasil (FBB) com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), especificamente na Seção Regional do Tocantins (MAB/TO). A Figura 11 mostra a forma de produção através do PAIS.

Figura 11: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) no Reassentamento São Francisco de Assis – Porto Nacional/TO



Fonte: Fotos cedidas pelo Sr. R (setembro de 2023).

Essas ações se constituem em um conjunto de (Re)Existências fundamentais para a permanência no Reassentamento, pois além das dificuldades de acessar os Programas PAA e PNAE, estão enfrentando alguns desafios, sendo um deles o avanço da produção da soja, que antes era distante e hoje já está fazendo divisa com o Reassentamento. Conforme relatado pelo Sr. R, há uma crescente pressão por parte dos grandes produtores (sojeiros) para arrendar as terras dos camponeses, sendo que alguns moradores já estão cogitando a possibilidade do arrendamento.

Outro desafio presente no Reassentamento é a especulação imobiliária, pois devido o Reassentamento estar próximo à capital, Palmas, existe uma tendência das imobiliárias comprarem as parcelas de terra dos reassentados para fazerem loteamentos de mini chácaras, o que tem sido cada vez mais frequente, com as demandas do crescimento de Palmas.

Desse modo, segundo o Sr. R, uma forma de (Re)Existência que seria primordial para de fato assegurar a permanência desses sujeitos reassentados na terra, seria o poder público assumir algumas tarefas, tais como: educação, melhorando o ensino na escola do

Reassentamento; saúde, pois há um posto de saúde, mas que funciona uma vez ao mês; transporte público, pois havia somente uma linha de ônibus que passava dentro do Reassentamento para o centro urbano mais próximo e, agora, não existe mais, ou seja está bem precária a situação em relação ao transporte. Essas são algumas pautas fundamentais para a permanência dos sujeitos, apresentadas pelo Sr. R., em entrevista, que foi finalizada da seguinte forma:

Essa é nossa luta, nossa pauta para que a gente possa (Re)Existir, ter moradia de qualidade, terra boa, tendo mercado para produzir e vender, fica mais fácil a gente se estabelecer no Reassentamento e evitar a questão da saída para as cidades (Sr. R. reassentado. Entrevista *online*, realizada em 25/09/2023).

Portanto, essas pautas são fundamentais para que de fato os sujeitos reassentados, os camponeses, permaneçam (Re)Existindo aos desafios que estão enfrentando desde o momento da construção da UHE. As falas nas entrevistas provam que todas as conquistas são por meio da organização coletiva, por isso a fala do Sr. R. enfatiza a necessidade de obterem apoio do poder público.

Desse modo, procuramos apresentar na dissertação a relação das políticas públicas com as (Re)Existências dos camponeses, com ênfase aos sujeitos aqui apresentados, os reassentados do Reassentamento São Francisco de Assis em Porto Nacional, destacando assim os dois Programas, PAA e PNAE. Enfatizando também as ações de (Re)Existências que compõe o Reassentamento desde antes da conquista do novo território de vida, forjado por meio da luta dos sujeitos que foram atingidos pela construção de um grande empreendimento, a Usina Hidrelétrica.

Por fim, os Programas de fato são de suma importância para que obtenham renda com a comercialização de seus produtos, propiciando a permanência no campo e sendo importante para a segurança alimentar. Destacamos o retrocesso e as dificuldades que os Programas enfrentaram entre 2016 à 2022. No entanto, esse ano de 2023, com o atual governo do Presidente Lula, já ocorreram mudanças singulares que vão sanar algumas dificuldades mencionadas pelos entrevistados e que são recorrentes aos sujeitos que participam dos Programas, como a dificuldade do acesso a eles. Em nota técnica N° 3744623/2023¹⁷ disponibilizada no início desse mês de outubro de 2023 pelo FNDE, informam que os povos indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais em geral, não terão mais a

¹⁷ Nota Técnica N° 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/NTParticipaodePovoseComunidadesTradicionaisnoPNAE.pdf>

obrigatoriedade de possuir o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) para terem acesso aos Programas PAA e PNAE, precisam apenas ter o cadastro único (Bolsa família, etc) para assim poderem vender seus produtos. É uma conquista enorme, com isso aumenta as possibilidades de acesso aos Programas por esses sujeitos, enfatizando o quanto é importante para compor as ações de (Re)Existências dos povos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada foi possível compreender o processo de formação do Reassentamento São Francisco Assis (TO), a importância das políticas públicas para o desenvolvimento rural e as (Re)Existências dos sujeitos reassentados. O Reassentamento São Francisco de Assis aqui analisado possui uma história de desestruturação e recomeço desde a sua concepção, pois esses sujeitos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Luís Eduardo Magalhães (Usina de Lajeado), sofrem os efeitos territoriais a partir do momento que *escutam falar* da sua construção e, ainda, precisam reivindicar políticas de compensação, para assim garantirem o mínimo após serem expulsos do território de vida.

A pesquisa realizada permitiu a compreensão da estruturação dos Programas PAA e PNAE, sendo possível averiguar a importância desses Programas para que de fato ocorra o desenvolvimento rural, pois eles são responsáveis por inserir e incentivar a comercialização da produção camponesa, ressaltando que estiveram fora da agenda das políticas públicas por muito tempo.

Sendo assim, acreditamos que as políticas públicas voltadas para o campo, sobretudo, as que foram aqui analisadas, como o PAA e o PNAE, possuem desde a criação e estruturação, um diferencial que é contribuir para o desenvolvimento rural, propiciando que ocorra a permanência na terra e autonomia dos camponeses.

Ao analisar o contexto das políticas públicas de desenvolvimento rural, desde o *impeachment* da Presidenta Dilma, percebeu-se que houve uma desestruturação orquestrada, sendo a extinção do CONSEA uma das primeiras ações durante o primeiro ano do mandato do Presidente Bolsonaro. Destaca-se que o CONSEA sempre acompanhou a formulação e implementação de políticas voltadas à produção de alimentos saudáveis e o combate à fome. Neste contexto é importante destacar que as temáticas e ações voltadas à segurança, soberania alimentar e (Re)Existências que compõem os movimentos sociais do campo são pautas significativas para os governos progressistas, prova disso é que uma das primeiras medidas realizadas pelo Presidente Lula, após sua posse em janeiro de 2023, foi a retomada deste importante Conselho (CONSEA) e a reestruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDAAF), o que demonstra a intenção de priorizar novamente a agenda de combate à fome.

Referente aos Programas e a desestruturação em relação ao Reassentamento São Francisco de Assis, compreendeu-se que os gargalos e os desafios mencionados pelos

camponeses durante as entrevistas, como a falta de estrutura para acessar e permanecer nos Programas é um dos grandes desafios para a permanência no território.

Contudo, a partir da organização coletiva entre os sujeitos da terra e da água, que compõe o novo território de vida, que é o Reassentamento, está (Re)Existindo, porém, necessita de uma atenção do poder público. Isso, os reassentados chamam de pautas importantes, que são as melhorias na educação, saúde e transporte público, para continuarem a (Re)Existir no território de vida.

Assim sendo, ao realizar esta pesquisa, sobretudo, quando se realizou as entrevistas *online*, percebeu-se várias inquietações e reflexões, algumas que seriam fundamentais para a presente proposta e outras que se colocam como agendas futuras de pesquisa.

Diante disso é importante destacar que a pesquisa se iniciou durante a Pandemia de COVID-19, desse modo, enfrentou-se muitos desafios que foram impostos pela conjuntura que dificultaram a realização de trabalhos de campo, que seriam fundamentais para compreender os aspectos da realidade vivida pelos sujeitos da pesquisa. Portanto, considera-se que a realização de trabalhos de campo no Reassentamento, seria de suma importância para compreender como se dá a estruturação da produção camponesa, a organização coletiva e as (Re)Existências, para além do que foi mencionado durante as entrevistas *online*.

Por fim, faz-se importante ressaltar que o tema desta pesquisa me acompanha desde a graduação e vem sendo relevante para a compreensão do espaço agrário brasileiro, para compreender o desenvolvimento rural, com ênfase no campesinato, na busca por compreender a luta pela terra, pela água, ou seja a luta pelos territórios. Portanto, espera-se que a presente Dissertação, possa contribuir com o diálogo geográfico frente às problemáticas agrárias, bem como ser uma ferramenta que possa se somar às lutas e pautas reivindicatórias dos reassentados – camponeses do Reassentamento São Francisco de Assis e do campesinato brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABDALA, B. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como um instrumento da gestão territorial brasileira: uma análise sob a perspectiva do neoinstitucionalismo histórico e do conceito de poder infraestrutural do Estado.** Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2023.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, ano 13, n. 16, p. 22-32, jan-jun./2010.

ALBUQUERQUE, R. **Balbina, vidas despedaçadas** - Alexa Cultural: São Paulo, 2019

AMARO, R. R. Desenvolvimento - Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, p. 40-60, 2003.

AMARO, R. R. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! **Cadernos de Estudos Africanos**. Julho-dezembro de 2017.

ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização.** Rio de Janeiro: Editora Revan. São Paulo: FAPESP, 2000.

BATISTA, E. **A recomposição do modo de vida dos reassentamentos rurais do setor elétrico: estudo comparativo entre Flor da Serra e São Francisco de Assis (Estado do Tocantins).** 2009. 231f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

BIACHINI, V. Políticas diferenciadas para a agricultura familiar. **Revista Conjuntura Econômica**. v. 59, n. 5 2005.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 09 de jun de 2022

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Cartilha PAA. Disponível: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cartilha-paa-2010.pdf.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 11.947 de 16 de junho de 2009.**

BRASIL, Ministério da Educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE). **Cartilha Nacional de Alimentação Escolar.** 2ª edição. Brasília, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE) **Dados PNAE.** Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso: 10 de setembro, 2023.

BORGES, S. M. **Representações do cotidiano no Reassentamento São Francisco de Assis no Tocantins (1998-2019).** Dissertação (Mestrado em Geografia) Brasília. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2019. 123 p.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**, v. 11, n. 13, p 16-25, jul- dez., 2008.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 144p.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste /PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2002.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999)**. Tese. [Doutorado em Geografia]. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. In: GRISA, Catia; Schneider, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (381-400).

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

FOSCHIERA, A. A., ANDRADE, P. de S. (2020). Políticas públicas e tecnologia social: o caso da produção agroecológica integrada e sustentável (pais) no reassentamento rural de São Francisco de Assis em Porto Nacional e Monte do Carmo – TO. **Revista Interface** (Porto Nacional), p. 6–23. 2020.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 3, artigo 5, p.402–418, Set./Nov. 2013.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; SILVA, M.A.P.; LEITE, S.P.; ZIMMERMANN, S.; BARBOSA, Y, R, S. **A Desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação HeirichBöll, 2022.

HESPANHOL, A. N. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Revista Faz Ciência**. v.1, n.1, p.38-49: Faculdade de Francisco Beltrão, 1997. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7624/5614>>. Acesso em: 19 maio 2013.

INVESTCO. **Reassentamentos**. Gerência de Meio Ambiente – SIG. Relatório. Miracema do Tocantins, 2003.

INVESTCO. THEMAG. **Plano Básico Ambiental**. Programa de Remanejamento da População Rural. Palmas, TO, 1998. LEITE, S.P.; SCHMITT, C.J.; GRISA, C.; SILVA, M.A.P.; ZIMMERMANN, S.; BARBOSA, Y. S. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: Desmonte e reconfiguração de políticas

públicas (2016- 2022). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, 2023. 386-408.

LOPES, J. M.; PARENTE, T. G. (in)sustentabilidade socioeconômica dos reassentamentos mariana e olericultores – Porto Nacional – TO – **Brasil Redes**. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 18, n. 1, jan-abril, 2013, p. 108-131.

MARTINS, J. S, **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil: as Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. Petrópolis, RJ: **Editora Vozes** 1981, 185 p.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. **O Agro-Hidro-Negócio no Cerrado Goiano**: a construção das (re)existências. In: I Encontro Latino americano Ciencias Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2007, Salavador (BA). Anais-CD-ROOM, Salvador-BA, p. 1-15, 2007.

MENDONÇA, M. R; THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 12, n. 2, 2011.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

MONTENEGRO GÓMEZ, J, R. **Crítica ao conceito de desenvolvimento**. Revista Pegada, v. 3, n.1, 2002.

MOURA, A. M. P. **Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, no estado de Alagoas na perspectiva do desenvolvimento territorial rural**. 2021. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

NASCIMENTO, A. C; Mauro, R. A; MENDONÇA, M. R. A modernização do território goiano e a construção de (Re)Existências. **Revista Sapiência**. v. 6, n.2, p. 66-83, Ago/Dez., 2017.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set.-dez. 2001.

OLIVEIRA, A. R. de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, E. da S., LIMA, L. O., MENDONÇA, M. R. (2019). A Modernização da Mineração em Goiás: os Efeitos Territoriais da Exploração de ouro em Faina-GO. **PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho**, 20(2), 145–169.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PERIN, G.; ALMEIDA, A. F. C. S.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C.; SAMBUICHI, R. H. R. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990-2021. 2021. 113 p.

POULANTZAS, N. **Estado, poder e socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PELÁ, M; MENDONÇA, M. R. **Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa**. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. D.; DIAS, M. S. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB**. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 27, p.81-91, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/743/465%3E>> Acesso em: 03 set. 2015.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de análises, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SENA, C. C. A. **Da modernização à globalização alimentar: o local e o global na Região Metropolitana de Goiânia**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2023.

SÊNE, Aline Gonçalves. **UHE de Lajeado: um estudo do cotidiano do reassentamento de Luzimangues**. *BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, v. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, K. P.; OLIVEIRA, A. R. de. **Políticas públicas e desenvolvimento rural em Goiás: análise a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)**. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 13, n. 30 Ago, 2018.

SILVA, K. P. **Políticas Públicas e Campesinato: (Re)Existências ao agrohidronegócio em Goiás**. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: **Realize Editora**, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78049>>. Acesso em: 10/08/2023.

SOUZA, R. W. F. de. **Camponeses e políticas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território da Borborema-PB**. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019.

TEIXEIRA, E. C. Políticas públicas: O papel das políticas públicas. **Revista AATRBA**, 2002. Disponível em: <www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf> Acesso em: 18 de abril de 2016.

TEIXEIRA, Carine Andrade. O enfraquecimento das políticas públicas para agricultura familiar: uma análise do PAA. **Revista NERA**, v. 26, n. 65, p. 109-136, jan.-abr., 2023.

THEMAG, ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA. **Usina Hidrelétrica de Lajeado: Estudo de Impacto Ambiental – EIA / Diagnóstico Ambiental – Sócio Econômico** [s. 1.], v. 2, tomo c, 1998.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais. In: Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

ZITZKE, Valdir Aquino. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. 2007. 316 p.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1.** Como foi estruturado o Reassentamento São Francisco de Assis?
- 2.** O que produzem? Como esses produtos são comercializados? Participam de feiras?
- 3.** Acessam os Programas PAA e PNAE?
- 4.** Qual a importância do PAA e PNAE para a renda e permanência na terra?
- 5.** Quais os principais produtos destinados aos Programas?
- 6.** Quais as dificuldades para acessar os Programas?
- 7.** Ocorreram mudanças nos Programas a partir de 2016? Quais?
- 8.** Quais as ações de (Re)Existência para permanecer no Reassentamento?
- 9.** Existem conflitos que dificultam a permanência na terra? Se sim, quais?